



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA
MESTRADO ACADÊMICO EM ECONOMIA RURAL

MARIA DE JESUS GOMES DE LIMA

ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE VIDA NO TERRITÓRIO RURAL PLANÍCIE
LITORÂNEA NO ESTADO DO PIAUÍ

FORTALEZA

2014

MARIA DE JESUS GOMES DE LIMA

ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE VIDA NO TERRITÓRIO RURAL PLANÍCIE
LITORÂNEA NO ESTADO DO PIAUÍ

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Rural, do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia Rural. Área de Concentração: Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Orientador: Prof. Dr. José Newton Pires Reis

Co-orientadora: Prof.^a Dr.^a. Edivania Gomes de Assis

FORTALEZA

2014

Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Pós-Graduação em Economia Agrícola

L699a Lima, Maria de Jesus Gomes de
Análise das condições de vida no território rural planície litorânea / Maria de Jesus Gomes de Lima.- 2014.
79 f.: il. color., enc.; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Departamento de Economia Agrícola, Programa de Pós-Graduação em Economia Rural, Fortaleza, 2014.

Área de Concentração: Avaliação de Políticas Públicas.

Orientação: Prof. Dr. José Newton Pires Reis.

1. Território Rural. 2. Planície Litorânea. 3. Condição de Vida. 4. Piauí. I. Título.

CDD:307.72

MARIA DE JESUS GOMES DE LIMA

ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE VIDA NO TERRITÓRIO RURAL PLANÍCIE
LITORÂNEA NO ESTADO DO PIAUÍ

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Rural, do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia Rural. Área de Concentração: Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Orientador: Prof. Dr. José Newton Pires Reis
Co-orientadora: Prof.^a Dr.^a. Edivania Gomes de Assis

Aprovada em: 09/05/2014

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Newton Pires Reis (Orientador)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dr.^a. Patrícia Verônica Pinheiro Sales Lima

Universidade Federal do Ceará (UFC)

(Membro Interno)

Prof.^a Dr.^a. Nájila Rejanne Alencar Julião Cabral

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)

(Membro Externo)

A Deus.

Aos meus pais, Francisco das Chagas (*In memorian*) e Maria de Lourdes (*In memorian*) e em especial ao meu filho Jordano Baluz que muito contribuiu para a concretização do meu trabalho, incentivo pessoal, amor incondicional e por ter entendido que essa distância que nós passamos foi necessária para o meu crescimento profissional e melhoria de vida para nós.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por todas as oportunidades concedidas e, especialmente, pelas pessoas especiais que colocou no meu caminho, cada um com as suas peculiaridades, mas que são membros imensamente importantes na minha história.

À segunda família a me adotar, minha amiga e mais que irmã Elaine e tia Altair pela atenção, solidariedade, carinho, amor e paciência durante a minha estada em Fortaleza. Sem o apoio de vocês eu não tinha conseguido chegar à reta final. Obrigada por tudo. Vocês foram de extrema importância na minha caminhada durante o mestrado.

A minha amiga e vizinha Ana Célia e sua família pelo apoio e incentivo a mim e principalmente ao meu filho. Se não fosse você a minha saída de Parnaíba não teria se concretizado, obrigada por tudo.

Agradeço também a minha colega Silvana Lira pelo apoio incondicional.

A Marinalva que foi mais que uma mãe, vibrou junto comigo, me incentivou e me apoiou em todas as dificuldades: o meu muito obrigada.

Ao meu grande irmão que ganhei nesse mestrado que teve direto comigo, sofremos noites a fio juntos e me escutou em todos os momentos de dificuldades e com toda paciência me ensinou tudo e mais um pouco de economia, estatística, etc. A você, James, o meu muito obrigado e em especial a amiga que ganhei, Ionara, pela força, incentivo e ensinamentos das disciplinas e, ao meu amigo Diogo que teve a paciência de repassar seus conhecimentos, a Kaliny, Ana Cristina que também chegaram de mansinho e ganharam um lugar especial no meu coração.

Agradeço aos amigos de Parnaíba não citarei nomes, pois são muitos que ficaram na torcida.

Agradeço ao meu professor Dr. José Newton Pires Reis, orientador desta dissertação, pela sugestão deste tema de pesquisa, pela confiança depositada em mim, pela atenção despendida em conversas, orientações e discussões referentes à dissertação.

A co-orientadora Dr^a Edvania de Assis, por me adotar, pelos ensinamentos, contribuições na orientação deste trabalho e o carinho recebido.

À professora Patrícia que me adotou de uma forma inexplicável e foi um anjo que Deus colocou em minha vida. Obrigada pela atenção, pela amizade, pelo carinho, amor e por toda a dedicação voltada a mim e ao meu filho e também pela disposição em repassar seus conhecimentos, contribuindo para finalização desta pesquisa, a ela todo meu amor, carinho e admiração, serei eternamente grata.

Aos professores do Mestrado Acadêmico em Economia Rural pelos ensinamentos.

Professor Natanael da UFPI, meu grande amigo. Sua contribuição no meu projeto para a seleção do mestrado foi essencial, obrigada. A Heliana Quitino que me incentivou a participar da seleção do mestrado, Ariosto (UFPI) que vibrou com a minha vitória, sei o quanto ele torce por mim.

Enfim, sem o apoio dessas pessoas tão especiais e que me ajudaram tanto não teria conseguido essa vitória. Ela é minha e de vocês também.

A CAPES e a Universidade Federal do Ceará pela oportunidade de dedicar-me exclusivamente à atividade científica contribuindo para minha formação profissional e pessoal.

*Enquanto Deus for meu chã, ninguém me
fará cair.*

RESUMO

O termo Condição de Vida é um conceito eminentemente subjetivo, uma vez que, na sua concepção, estão aspectos relacionados com o atendimento de necessidades vitais básicas. O atendimento dessas necessidades garante aos indivíduos melhores condições de vida e bem-estar. Portanto, a condição de vida refere-se aos fatores externos ao sujeito que proporcionam seu bem-estar. Então, há necessidade de se avaliar as políticas públicas para o desenvolvimento, se está surtindo efeito sobre a ótica do produtor no Território Rural Planície Litorânea. Nesse sentido, este trabalho teve como objetivo analisar as condições de vida no território rural Planície Litorânea, bem como sua caracterização socioeconômica, verificação dos fatores, características e efeitos do desenvolvimento no território e o índice de condição de vida (ICV). Como metodologia, os dados utilizados na pesquisa foram obtidos com a aplicação de questionários junto aos domicílios rurais, visando identificar, segundo a percepção dos atores locais, o Índice de Condição de Vida (ICV). Para construção do Índice de Condição de Vida (ICV) utilizou-se o excel e o IBM SPSS para analisar as características socioeconômicas. Dentre os principais resultados, pode-se destacar que a população se caracteriza com quantidade de membros por família que está na média nacional; a taxa de analfabetismo é elevada (50%); condições de saneamento básico são precárias e o acesso à água potável também. Houve melhorias econômicas, sendo perceptível em virtude do acesso a bens de consumo e aumento da renda; constataram-se dois tipos de domicílios: com produção e sem produção, onde o ICV obtido no território foi 0,491 (domicílios com produção) e 0,537 (domicílios sem produção), ambos considerados *Médios* segundo a base de cálculo do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A variável que teve maior contribuição foi a permanência das famílias na unidade de produção (20,6%). Conclui-se, portanto, que as políticas públicas de desenvolvimento territorial estão surtindo efeitos, de acordo com a percepção dos produtores inseridos no território rural Planície Litorânea.

Palavras-chave: Território Rural, Planície Litorânea, Condição de Vida, Piauí.

ABSTRACT

The term living conditions is a highly subjective concept, since, in their design, are aspects of the provision of basic necessities of life. The understanding the needs of these individuals to ensure better living conditions and well-being. Therefore, the condition of life refers to the external subject who provide their well-being factors. So no need to evaluate public policies for the development, it is having an effect on the view of the producer Coastal Plain Rural Planning. This study aimed to examine the living conditions in rural areas Coastal Plain, as well as their socioeconomic characterization, verification of factors, characteristics and effects of development in the area and the living conditions index (LCI). As methodology, the data used in this study were obtained with the use of questionnaires with rural households, to identify, according to the perceptions of local actors, the Condition Index (LCI). For construction of Condition Index (LCI) used the excel and IBM SPSS to analyze the socioeconomic characteristics. Among the main results, it can be noted that the population is characterized with quantity of members per family which is the national average; the illiteracy rate is high (50%); sanitation conditions are poor and access to drinking water as well. There was economic improvements, with noticeable because of access to consumer goods and increased income; found two types of households: with production and no production, where the ICV obtained in the territory was 0,491 (households with production) and 0,537 (households without production), both considered Midi according to calculation basis of the Ministry of Agrarian Development (MDA). The variable with the greatest contribution was the residence of the families on the farm (20.6%). Therefore it is concluded that the public territorial development policies are having effects, according to the perception of the producers inserted in rural areas Coastal Plain.

Keywords: Rural Planning, Coastal Plain, Living Conditions, Piauí.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	- Composição do Produto Interno Bruto dos municípios que compõe o Território Planície Litorânea, no Piauí (2013)	32
Tabela 2	- Legenda dos valores padronizados do ICV.....	39
Tabela 3	- Distribuição absoluta e relativa da quantidade de pessoas do domicílio que moram neste estabelecimento/domicílio no Território Rural Planície Litorânea no Estado do Piauí, 2014.....	40
Tabela 4	- Distribuição absoluta e relativa da quantidade de indivíduos maiores de 15 anos que são alfabetizados no Território Rural Planície Litorânea no Estado do Piauí, 2014.....	41
Tabela 5	- Distribuição absoluta e relativa da quantidade de adultos que completaram o ensino fundamental (Primeiro Grau) no Território Rural Planície Litorânea no Estado do Piauí, 2014.....	42
Tabela 6	- Distribuição absoluta e relativa das quantidades de crianças e adolescentes em idade escolar que estão matriculados e frequentam regularmente as escolas existentes no Território Rural Planície Litorânea no Estado do Piauí, 2014.....	42
Tabela 7	- Distribuição absoluta e relativa do acesso à energia elétrica, água e banheiro pelos moradores do Território Rural Planície Litorânea no Estado do Piauí, 2013.....	43
Tabela 8	- Distribuição absoluta e relativa da quantidade de Fogão a gás, geladeiras, telefones e computadores encontrados nos domicílios do Território Rural Planície Litorânea no Estado do Piauí, 2014.....	49
Tabela 9	- Distribuição absoluta e relativa da Produção agrícola / pecuária / pesqueira / extrativista própria no Território Rural Planície Litorânea no Estado do Piauí, 2014.....	50
Tabela 10	- Distribuição absoluta e relativa da renda oriunda do trabalho não-agrícola oriundo de serviços, comércio ou indústria no Território Rural Planície Litorânea no Estado do Piauí, 2014.....	50
Tabela 11	- Distribuição absoluta e relativa do trabalho oriundo do artesanato e manufatura no Território Rural Planície no Estado do Piauí, 2014.....	51
Tabela 12	- Distribuição absoluta e relativa dos números de aposentadorias ou pensões das famílias entrevistadas no Território Rural Planície Litorânea no Estado do Piauí, 2014.....	51
Tabela 13	- Distribuição absoluta e relativa dos programas de transferências de rendas: bolsa família auxílio pesca, auxílio barragem etc. pesquisados no Território Rural Planície Litorânea no Estado do Piauí, 2014.....	52
Tabela 14	- Distribuição absoluta e relativa do arrendamento das áreas pelos produtores rurais no Território Rural Planície Litorânea no Estado do Piauí, 2014.....	52

Tabela 15 - Distribuição absoluta e relativa das remessas financeiras advindas de familiares, amigos etc. no Território Rural Planície Litorânea no Estado do Piauí, 2014.....	53
Tabela 16 - Distribuição absoluta e relativa das outras fontes de renda detectadas no Território Rural Planície Litorânea no Estado do Piauí, 2014.....	54
Tabela 17 - Distribuição absoluta e relativa da renda dos indivíduos do Território Rural Planície Litorânea no Estado do Piauí, 2014.....	54

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	- Relação entre fatores, características e efeitos e a abordagem das capacitações.....	30
Figura 2	- Divisão Territorial da Planície Litorânea do Estado do Piauí – 2007.....	31
Figura 3	- Fotografia do Transporte de Água dos Rios para a População Rural do Território Planície Litorânea no Estado do Piauí, 2014.....	45
Figura 4	- Fotografia do transporte de água dos reservatórios para a população rural do Território Rural Planície Litorânea no Estado do Piauí, 2014.....	45
Figura 5	- Fotografia dos banheiros de palha encontrados nos domicílios pesquisados no Território Rural Planície Litorânea no Estado do Piauí, 2014.....	47
Figura 6	- Fotografia dos banheiros de papelão encontrados nos domicílios pesquisados nos domicílios no Território Rural Planície Litorânea no Estado do Piauí, 2014.....	47
Figura 7	- Fotografia do Fogão a carvão no Território Rural Planície Litorânea no Estado Piauí, 2013.....	48
Figura 8	- Fotografia do Fogão à lenha no Território Rural Planície Litorânea no Estado do Piauí, 2013.....	48
Figura 9	- Fatores que condicionam o desenvolvimento do Território Rural Planície Litorânea no Estado do Piauí.....	59
Figura 10	- Características do Desenvolvimento do Território Rural Planície Litorânea no Estado do Piauí.....	63
Figura 11	- Efeitos do Desenvolvimento do Território Rural Planície Litorânea no Estado do Piauí dos Domicílios sem Produção.....	66
Figura 12	- Efeitos do Desenvolvimento do Território Rural Planície Litorânea no Estado do Piauí dos Domicílios com Produção.....	69
Figura 13	- Biograma representativo do ICV dos domicílios com produção do Território Rural Planície Litorânea no Estado do Piauí, 2014.....	71

QUADROS

Quadro 1	- Instâncias e indicadores de desenvolvimento rural e das condições de vida dos domicílios rurais.....	34
Quadro 2	- Escores atribuídos aos indicadores de desenvolvimento, segundo a avaliação dos domicílios pesquisados.....	35
Quadro 3	- Contribuição de cada indicador para a média da instância 1.....	55
Quadro 4	- Contribuição de cada indicador para a média da instância 2.....	61
Quadro 5	- Contribuição de cada indicador para a média da instância 3 dos domicílios sem produção.....	64
Quadro 6	- Contribuição de cada indicador para a média na instância 3 dos domicílios com produção.....	68

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AG	Aglomerado
CEPRO	Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICV	Índice de Condição de Vida
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento
SDT	Secretária de Desenvolvimento Territorial
SGE	Sistema de Gestão Estratégica
TPL	Território Planície Litorânea

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	Justificativa e delimitação do problema	16
2	OBJETIVOS	18
2.1	Objetivo Geral	18
2.2	Objetivos Específicos	18
3	REFERENCIAL TEÓRICO	19
3.1	Enfoque Territorial	19
3.1.1	<i>Abordagem Territorial</i>	19
3.1.2	<i>Gestão Territorial e Sociedade</i>	23
3.1.3	<i>Gestão Territorial e Políticas Públicas</i>	24
3.1.4	<i>Desenvolvimento Econômico e Condições de Vida</i>	26
4	METODOLOGIA	31
4.1	Área Geográfica de Estudo	31
4.1.1	<i>População e Dimensão da Amostra</i>	33
4.2	Métodos de Análise	34
4.2.1	<i>Análise Tabular e Descritiva</i>	34
4.2.2	<i>Determinação da Contribuição dos Indicadores de Desenvolvimento Rural</i>	34
4.2.3	<i>Cálculo do Índice de Condição de Vida – ICV</i>	37
5	RESULTADOS E DISCUSSÕES	40
5.1	Caracterização socioeconômica dos domicílios residentes nas áreas do Território Rural da Planície Litorânea do Estado do Piauí	40
5.2	Verificação dos fatores que favorecem o desenvolvimento no Território Rural Planície Litorânea	55
5.3	Verificação das características do desenvolvimento com destaque para as condições ambientais de cada domicílio inserido no Território Rural Planície Litorânea	60
5.4	Verificação dos efeitos do desenvolvimento no Território Rural Planície Litorânea	64
5.4.1	<i>Impacto dos efeitos do desenvolvimento dos domicílios sem produção</i>	64
5.4.2	<i>Impacto dos efeitos do desenvolvimento nas famílias com produção</i>	67
5.5	Índice de Condição de Vida – ICV	70
5.5.1	<i>Índice de Condição de Vida para os domicílios sem produção</i>	70

<i>5.5.2 Índice de Condição de Vida para os domicílios com produção</i>	71
CONCLUSÕES E SUGESTÕES	73
REFERÊNCIAS	74
ANEXOS	80

1 INTRODUÇÃO

1.1 Justificativa e delimitação do problema

As condições de vida da maioria da população brasileira revelam quadro preocupante de destituição e pobreza. As precárias condições de vida estão atreladas a uma significativa parcela da população, e esse número de pessoas e famílias vivendo em situação de pobreza caminham lado a lado, no Brasil, com os altos índices de desigualdade de renda.

A região Nordeste do Brasil, considerada a mais carente economicamente, apresenta os mais elevados níveis de pobreza do País. Em termos sintéticos, o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH mostra que, no Nordeste, as condições de vida são mais precárias do que as das demais regiões (PNUD, 2013). Nesse contexto de desigualdades, o Nordeste situa-se como uma região onde prevalecem condições sociais precárias para a grande maioria da população que é carente de saúde, educação e renda. Carências estas que refletem de sobremaneira nas condições de vida da população.

Já o Estado do Piauí, segundo o PNUD (2013), encontra-se entre os 10 estados mais pobres do Brasil, no *ranking* de terceiro lugar e com 58,1% da população considerada pobre. A proporção de renda domiciliar “per capita” é igual ou inferior a R\$ 255,00 mensais, o que caracteriza como primeiro nível de pobreza.

Assim, o Estado do Piauí se destaca por ser um dos estados mais pobres da federação brasileira e essa pobreza é bastante nas áreas rurais. Devido a isso, a situação do desemprego é um ponto em destaque que impossibilita o Homem do campo (rural) a melhorar sua condição de vida, especificamente das famílias inseridas no Território Rural Planície Litorânea, objeto de estudo da presente investigação.

Em relação aos valores médios do PIB do Brasil, do Estado do Piauí e do Território estudado, existe disparidade econômica entre regiões. Segundo dados do IBGE (2011), no Brasil, o PIB alcançou, aproximadamente, R\$ 4.143.013.337,00 enquanto o Piauí atingiu R\$ 24.606.833,00 e o território estudado R\$ 1.598.319,00.

É importante ainda destacar que os municípios inseridos no território pesquisado possuem Índice de Desenvolvimento Humano – IDH com valores baixos e muitos baixos conforme dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2013), onde: Parnaíba – 0,687 (Médio); Cajueiro da Praia – 0,546 (Baixo); Ilha Grande – 0,563 (Baixo); Luís Correia – 0,541 (Baixo); Bom Princípio – 0,532 (Baixo); Buriti dos Lopes – 0,565 (Baixo);

Caraúbas - 0,505 (Baixo); Caxingó – 0,488 (Muito baixo); Cocal- 0,497 (Muito baixo); Cocal dos Alves – 0,498 (Muito baixo) e Murici dos Portelas – 0,530 (Baixo).

Seguindo as diretrizes do MDA (2007), o estado do Piauí através da Secretaria de Planejamento, organizou as suas macrorregiões a partir do modelo de regionalização proposto pelo Estado, sendo este modelo considerado referência geográfica às unidades definidas como Territórios de Desenvolvimento, que se fundamentam em características ambientais; vocações produtivas e dinamismo das regiões; relações socioeconômicas e culturais estabelecidas entre as cidades; regionalização político-administrativa e malha viária existente.

Desse modo, os governos federal e estadual estão construindo políticas públicas para o desenvolvimento, como por exemplo, políticas para o desenvolvimento do território do estado do Piauí. Então se levanta o seguinte questionamento: essas políticas estão surtindo efeitos no desenvolvimento do território rural planície litorânea sob a ótica do produtor rural?

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Analisar as condições de vida nos domicílios no Território Rural Planície Litorânea no Estado do Piauí.

2.2 Objetivos Específicos

- Caracterizar socioeconomicamente os domicílios localizados nas áreas do Território Rural da Planície Litorânea do Estado do Piauí;
- Verificar os fatores que favorecem o desenvolvimento no território rural;
- Estudar as características do desenvolvimento no território rural com destaque para as condições ambientais de cada família inserida no território;
- Compreender os efeitos do desenvolvimento no território rural;
- Determinar o Índice de Condições de Vida das famílias residentes no Território Rural Planície Litorânea, PI.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Enfoque Territorial

3.1.1 Abordagem Territorial

No Brasil, a abordagem territorial vem ganhando rápido interesse, especialmente no âmbito dos planejadores e formuladores de políticas públicas. A partir dos anos 90, a abordagem territorial norteou os processos de reflexão acerca das ações necessárias para a revitalização de áreas economicamente decadentes ou, ainda, estimulou o potencial produtivo em áreas já dinâmicas (TAPIA, 2005). O entorno dessas áreas, assim como a identificação de agentes considerados fundamentais nesse processo, adquire relevância para os estudiosos e formuladores de políticas públicas e fundamentam os pressupostos da abordagem territorial (LOPES; AMARAL, 2008).

No que se refere ao “mundo rural”, a percepção da necessidade de uma nova abordagem para a questão do desenvolvimento ganhou fôlego especialmente por meio da proliferação de ideias e noções que foram importadas para o Brasil por pensadores e estudiosos (SCHNEIDER, 2004).

Não se pode desconsiderar que o uso conceitual do território é reivindicado por uma disciplina, a Geografia. Segundo alguns geógrafos, a integração do território no campo da Geografia é relativamente recente ocorrendo nas décadas de 1970 e 1980 e ocorreu concomitante com a abertura desta ciência na direção de outras Ciências Sociais, da Sociologia (produção dos espaços urbano e rural), da Economia (efeito econômico da localização da produção) e da Ciência Política (territorialização do poder e das políticas públicas) (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009).

Segundo alguns geógrafos citados abaixo, o território aborda os seguintes conceitos: segundo Guy Di Méo (1998), afirma que “o território é uma construção social, um processo de interação das relações cotidianas e na co-presença de pessoas entre elas, com os lugares e os objetos”. Já Raffestin (1993) define o território como um “conjunto de relações mantidas pelos homens, enquanto membros de uma sociedade, com a extensividade e alteridade mediante a ajuda dos mediadores”. Como se percebe, para ambos os autores, o território envolve um processo de interação entre o espaço e a ação humana, que se expressa na forma de uso e nas alterações que o agir dos indivíduos produz sobre a base física e natural em que se encontra. Trata-se, portanto, de uma construção (SCHNEIDER, 2004).

A abordagem territorial, segundo Saquet (2007), permite, sem modismo e denominações maquiadas, compreender elementos e questões, ritmos e processos da sociedade e da natureza exterior ao Homem. O uso da abordagem para Saquet (2009), enquanto suporte teórico-metodológico permite que os estudos geográficos reconheçam, simultaneamente, características fundamentais dos processos de apropriação, dominação e produção do território assim como as relações de poder, as identidades simbólico-culturais (traços comuns), as contradições, as desigualdades (ritmos lentos e rápidos), as diferenças, as mudanças (descontinuidades), as permanências (continuidades), as redes de circulação, de comunicação e a natureza interior e exterior ao homem como genérico (biológica e socialmente).

A abordagem multidimensional, relacional e processual do território desenvolvida em Saquet (2009) reconhece a unidade dos tempos históricos e coexistentes as descontinuidades e continuidades, a unidade ideia matéria que está nas relações espaço-tempo e que produzem as territorialidades. Nesse sentido, o autor busca delimitar alguns processos fundamentais do entendimento dos territórios que devem ser maximizados em favor da justiça social, da preservação da natureza, da distribuição das riquezas, da valorização dos saberes populares e da autonomia (CARVALHO, 2012).

Na abordagem territorial, o foco das políticas é o território, pois ele combina proximidade social, que favorece a solidariedade e a cooperação, com a diversidade de atores sociais, melhorando a articulação dos serviços públicos, organizando melhor o acesso ao mercado interno, chegando até ao compartilhamento de uma identidade cultural, que fornece uma sólida base para a coesão social e territorial, verdadeiros alicerces do capital social (BRASIL, 2003).

Por isso, o significado de Território conforme Santos (2005) possui uma diversidade de conceitos que têm sido explorados em vários campos do conhecimento, desde o território como agente de agregação de valores, quanto em sua atuação como na visão de construção de identidades.

Numa primeira aproximação, um território pode ser concebido como “um pedaço de espaço cujos elementos constitutivos são organizados e estruturados pelas ações dos grupos sociais que o ocupam e o utilizam” (RENARD, 2002). Como já foi citado, território não é, portanto, só uma realidade geográfica, mas uma realidade humana, social, cultural e histórica (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009).

Baseado nesses conceitos, o território não é apenas um conjunto de formas naturais, mas um conjunto de sistemas naturais e artificiais, junto com as pessoas, instituições e as empresas que abrigam, não importam o seu poder. O território deve ser considerado em suas

divisões jurídico políticas, suas heranças históricas e seu atual conteúdo econômico, financeiro, fiscal e normativo. É desse modo que ele constitui, pelos lugares, aquele quadro da vida social onde tudo é interdependente (SANTOS, 2002), Já Furtado; Furtado, (2008), definem que o território é considerado a base da existência social.

Segundo Carvalho (2012) *apud* Hasbaert (2004), o território também pode ser interpretado de acordo com essas três vertentes; política (relacionada às relações de espaço-poder em geral) ou jurídico - política (relativa também a todas as relações espaço – poder institucionalizadas), cultural ou simbólica - cultural (prioriza a simbologia e a subjetividade) e outra econômica (ressalta as relações econômicas, embate entre classes, o território é entendido como fonte de recursos).

Segundo Brasil (2010):

O território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade/identidade entre as pessoas, grupos sociais e instituições; é mediador entre a dimensão do município considerando suas especificidades, a dimensão micro territorial e a dimensão territorial [...].

De acordo com esse conceito, o território traz consigo essa proximidade e identidade para que haja uma sinergia entre os atores sociais e os espaços geográficos abrangendo suas especificidades. Então nessa perspectiva, o território, passa a ser constituído, visando o desenvolvimento, possui função atuante e deixa de ser concebido como resultado, a abordagem territorial do desenvolvimento apresenta semelhanças com as concepções regionais e locais, relacionando novos elementos (CARVALHO, 2012).

Por isso é visto como uma área que sintetiza e materializa num determinado espaço geográfico um processo social, econômico, ecológico e cultural complexo, em interação com outros espaços diferenciados (BRASIL, 2010).

No Brasil, a incorporação desse enfoque concretizou-se institucionalmente pela criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), ligada ao Ministério de Desenvolvimento Agrário (BRITO, 2012 *apud* SCHNEIDER, 2004).

As políticas públicas têm como estratégia impulsionar o processo de dinamização econômica e social, possibilitando uma articulação interinstitucional capaz de gerar um ambiente inovador para o desenvolvimento sustentável através do acesso a serviços e a recursos que possam materializar, no território, os resultados do trabalho, garantindo tanto a geração de riqueza quanto sua apropriação mais equitativa.

O enfoque territorial é uma visão essencialmente integradora dos espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas de intervenção. Buscando a integração interna

dos territórios rurais e desses com o restante da economia nacional, sua revitalização e reestruturação progressiva, assim como a adoção de novas funções e demandas (MDA, 2005). E ressurgiu no contexto agrário brasileiro com o objetivo principal de enfrentar os entraves clássicos para o acesso às políticas públicas voltadas ao meio rural.

A Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) apresenta iniciativas e objetivos que tomam a pobreza rural e a dimensão espacial do processo de desenvolvimento como elementos importantes para a formulação de alternativas. Os documentos de orientação da SDT trazem à luz das políticas territoriais como desafio do país, em especial, do meio rural, banir a fome e a miséria e se concentram no combate à pobreza como justificativa maior de mudanças necessárias nas estratégias e eixos de desenvolvimento. Para que tais mudanças ocorram e promovam alterações nas condições de vida das populações em estado de miséria, é proposto o avanço em direção a novos paradigmas da relação estabelecida entre Estado e Sociedade, desenvolvendo políticas públicas duradouras, com instrumentos de intervenção que foquem nas mudanças pretendidas e que estimulem novas formas de governança (FREITAS; DIAS; FREITAS, 2010).

Neste contexto, apresenta-se aqui a importância de considerar a criação dos territórios rurais, a partir da instituição da SDT, como um programa de governo dirigido para a melhoria das condições de vida e trabalho no meio rural.

3.1.2 Gestão Territorial e Sociedade

A discussão de gestão social ganhou contornos mais nítidos a partir dos processos de democratização e descentralização político-administrativo. O processo de democratização tem como elemento a percepção da possibilidade da inovação, entendida como participação ampliada de atores sociais de diversos tipos em processos de tomada de decisão (FREITAS; FREITAS; DIAS, 2010).

Em geral, este processo implica a inclusão de temáticas até então ignoradas pelo sistema político, a redefinição de identidades e vínculos e o aumento da participação em nível local, possibilitando gestão pública com a participação da sociedade civil (SANTOS; AVRITZER, 2002). A criação de espaços públicos de participação permitiu a introdução de mecanismos e instrumentos que viabilizaram a participação dos cidadãos nas decisões acerca de políticas públicas. Soma-se a isso a possibilidade do que se denomina de gestão social.

Segundo Tenório (1998), a gestão social sinaliza para a discussão do conceito de cidadania deliberativa, focando na constituição de espaços de participação onde a sociedade assuma uma postura ativa, na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas.

O conceito de gestão social também pode ser entendido como o processo gerencial dialógico onde a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação, os colaboradores. Não obstante, é possível inferir que todas elas surgiram e se desenvolvem a partir do aparecimento de uma nova configuração do padrão das relações entre Estado e sociedade (FRANÇA, 2008).

De maneira mais geral, a gestão social é entendida como um processo no qual o Estado, sem perder a centralidade, deixa de ter o monopólio do poder para – juntamente com a Sociedade Civil – planejar, traçar diretrizes e tomar decisões capazes de potencializar as riquezas, em sentido amplo, do local (CARRION; CALOU, 2008).

A prática da gestão social pressupõe a organização, com muito mais força, da presença da sociedade civil no processo de construção e tomada de decisões no interior do Estado. Ampliam-se a transparência e os mecanismos participativos, que se materializam através da construção de espaços públicos na esfera pública comunicativa.

A participação social na gestão de políticas públicas se constituiu uma temática relevante no Brasil, tendo origem em diversas experiências e proposições de mecanismos de democratização das esferas públicas decisórias sobre políticas e recursos públicos, alternativas às práticas tradicionais autoritárias e centralizadoras do Estado (SILVA, 2008).

As perspectivas de construção de novas formas de relação entre Estado e sociedade foram motivadas no seio da sociedade civil pelo contexto sócio-político dos anos oitenta, na luta contra o centralismo autoritário do regime militar. No período, também surgiram experiências municipais de gestão participativa nas políticas públicas.

Com a introdução da Constituição da República Federal que consolidou e estruturou o novo sistema de controle da administração pública assegurou-se o direito ao exercício do poder por parte do cidadão.

Dessa maneira, a sociedade tem o direito adquirido para exercer o controle social das políticas públicas e com o objetivo de torná-los participantes atentos desse processo, então é nítida a importância da participação da sociedade e dos atores no acompanhamento e na implementação das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento territorial, favorecendo assim, a aprendizagem da democracia, descentralização do poder, propiciando condições para crescente cooperação entre os agentes dos territórios.

Levando-se em consideração o conceito de gestão social, que tem a função de gerir assuntos públicos, em particulares políticas e iniciativas voltadas para a promoção do desenvolvimento das áreas urbanas e rurais e para ocorrer de maneira eficaz, são necessários dois requisitos: um ambiente marcado pela descentralização política administrativa e desenhar ações que conduzam ao empoderamento da sociedade.

Conforme o MDA (2005), o desenvolvimento harmônico do meio rural se traduz também com crescimento e geração de riquezas em função de dois propósitos superiores:

a) a coesão social, como expressão de sociedades nas quais prevaleça a equidade, o respeito à diversidade, à solidariedade, à justiça social, o sentimento de pertencimento e inclusão;

b) a coesão territorial como expressão de espaços, recursos, sociedades e instituições imersas em regiões, nações ou espaços supranacionais, que os definem como entidades cultural, política e socialmente integradas.

O desenvolvimento é um processo dinâmico de melhoria que implica em mudança, evolução, crescimento e avanço para que ocorra todo esse processo existe a necessidade dessa coesão social, territorial projetando assim um desenvolvimento harmônico e sustentável no meio rural, e assim, segundo Abramovay (2000), o município é uma importante unidade administrativa de um território. O território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas, identidades que desempenham um papel pouco conhecido no desenvolvimento econômico.

Conforme Graziano; Marc; Bianchini (2001), trazer a participação popular no processo político para a esfera municipal, além de aproximá-la da população mais diretamente envolvida, permite que essa arena se democratize cada vez mais, ampliando a participação de outros atores e não somente aqueles representantes da elite local, urbana ou rural.

3.1.3 Gestão Territorial e Políticas Públicas

As políticas públicas aplicadas aos territórios são fundamentalmente a expressão do ordenamento estatal sobre o espaço, que se configuram num contexto de disputas entre os poderes vigentes, na realidade resultante do passado e do presente. Embora o termo políticas públicas não se refira necessariamente às políticas de Estado, podendo também ser originário de instituições não governamentais e movimentos sociais, entre outros. Todavia, as políticas públicas estatais continuam sendo as de maior impacto, mesmo que o poder do Estado tenha

sido reduzido pelas transformações mundiais econômicas, políticas e sociais (CARVAHO, 2012).

Com o aprofundamento e expansão da democracia, as responsabilidades do Estado se diversificaram. Atualmente, é comum se afirmar que a função do Estado é promover o bem-estar da sociedade, para tanto, ele necessita desenvolver uma série de ações e atuar diretamente em diferentes áreas, tais como saúde, educação, meio ambiente, para atingir resultados em diversas áreas e promover o bem-estar da sociedade, assim os governos se utilizam das Políticas Públicas que podem ser definidas da seguinte forma segundo Teixeira (2002):

“Políticas públicas” são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre, porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas. Devem ser consideradas também as “não-ações”, as omissões, como formas de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos.

As Políticas Públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público. São certas de que as ações que os dirigentes públicos (os governantes ou os tomadores de decisões) selecionam (suas prioridades) são aquelas que eles entendem serem as demandas ou expectativas da sociedade (SEBRAE, 2008).

O Estado contemporâneo está ainda mais sensível às manifestações da sociedade civil organizada. Embora, quando centralizador e autoritário o Estado sempre estivesse articulado e influenciado pelos interesses das classes sociais, principalmente, as economicamente dominantes, na atualidade as disputas pelo direcionamento das suas ações, através das políticas públicas se intensificaram, por meio do estabelecimento de instituições de poder mais democráticas.

Conforme Feijó (2005), as políticas públicas se traduzem no seu processo de elaboração, efetivação e, sobretudo, em seus resultados e meios que o poder público nas esferas municipal, estadual e federal busca para viabilizar as mais variadas formas de acesso e exercício à cidadania.

Por isso, o conceito, segundo Mafra e Silva (2004), de que as políticas territoriais são o conjunto de normas e intervenções ditadas ou adaptadas pela iniciativa pública, tendo em vista o ordenamento do território, isto é, a formação e o desenvolvimento dos centros urbanos, do desenvolvimento sustentável considerando que os territórios rurais são heterogêneos,

significa que cada território encerra uma diversidade de atores e de interesses, sendo alguns na distribuição espacial da ocupação do solo no interior dos mesmos e nas regiões envolvidas.

Então, conforme os autores citados, a perspectiva territorial do desenvolvimento rural sustentável permite a formulação de uma proposta centrada nas pessoas, que leva em conta os aspectos de interação entre os sistemas socioculturais e os sistemas ambientais, e que considera a integração produtiva e a utilização competitiva dos recursos produtivos como meios que permitem a cooperação e corresponsabilidade ampla dos atores sociais.

No estudo das políticas de desenvolvimento territorial, as alternativas apresentadas pelas políticas vêm considerando os territórios rurais como estratégia de ação que amplia as possibilidades de êxito na execução das ações do Estado. Essa “nova” perspectiva e olhar sobre o processo de desenvolvimento e sobre o rural brasileiro surgem e se legitimam nas agendas das políticas públicas (FREITAS; FREITAS; DIAS, 2010).

Esse desenvolvimento territorial promove a superação da visão da participação como condição para a obtenção de compensações, pondo em destaque a cooperação, a corresponsabilidade e a inclusão econômica e social. Promove esquemas de cooperação que se adaptem às demandas diversas da população e atores dos territórios. E favorecendo uma concepção multidimensional, na qual o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, o político e as instituições interagem sobre o território (BRASIL, 2003).

Dessa maneira, supera a visão de que a economia rural se reduz a uma economia agrícola e favorece uma economia territorial. Estimula a diversificação econômica dos territórios, supera a visão convencional do capital, destacando a importância do capital humano, como a capacidade transformadora inerente aos conhecimentos das pessoas.

3.1.4 Desenvolvimento Econômico e Condições de Vida

De acordo com Ré; Schneider; Rambo (2012), até a contribuição de Sen ser publicada em seu livro *Desenvolvimento como Liberdade*, em 2000, as perspectivas teóricas existentes consideravam que a medida do desenvolvimento de determinado país ou região resumia-se exclusivamente a indicadores econômicos, ou seja, os números do PIB (Produto Interno Bruto) e da *renda per capita*, eram o que determinava se as nações configuravam-se, ou não, como desenvolvidas.

Os conceitos referiam-se à forma como os frutos do crescimento eram distribuídos na sociedade, à redução da pobreza, à elevação dos salários e de outras formas de renda, ao aumento da produtividade do trabalho e à repartição dos ganhos dele decorrentes, ao

aperfeiçoamento das condições de trabalho, à melhoria das condições habitacionais, ao maior acesso à saúde e à educação, e à melhor qualidade de vida (DICIONÁRIO DE DIREITOS HUMANOS, 2005).

É importante destacar a diferença entre desenvolvimento econômico e crescimento econômico. Sendo desenvolvimento econômico um conceito mais amplo que necessita não apenas de indicadores quantitativos, mas de indicadores que meçam a qualidade de vida das pessoas, enquanto crescimento econômico é medido apenas por indicadores de quantidade como produto interno bruto, produto interno bruto *per capita*, renda. De acordo com Lemos (2008), o crescimento econômico refere-se às expansões da escala física, ou seja, do aumento da produção. Desenvolvimento econômico são as transformações econômicas, sociais, estruturais, por meio da melhoria qualitativa e do equilíbrio ao meio ambiente.

O desenvolvimento econômico define-se como um aumento contínuo de produção aliado a chances de mobilidade social e melhoria nas condições de vida da população (NUNES; DIAS; GONDIM, 2011).

Assim, para Souza (2005) o conceito de desenvolvimento pode ser entendido:

[...] pela existência de crescimento econômico contínuo, em ritmo superior ao crescimento envolvendo mudanças de estruturas e melhorias de indicadores econômicos, sociais e ambientais. Ele compreende um fenômeno de longo de prazo, implicando o fortalecimento da economia nacional, a ampliação da economia de mercado, a elevação geral da produtividade e do nível de bem-estar do conjunto de população, com a preservação do meio ambiente.

Com a adoção do desenvolvimento econômico foi possível identificar a necessidade de desenvolver regiões, devido às diferenças culturais, econômicas e sociais, surgindo neste momento o desenvolvimento regional onde as políticas públicas são de extrema importância para a eficiência desse modelo.

De acordo com Schneider e Tartaruga (2004), a ideia de que a maior proximidade dos atores que atuam em determinado espaço geraria ações coletivas e cooperadas (troca de experiências, redes de colaboração) que ampliariam a espessura e a densidade das relações sociais e, como consequência, favoreceriam o surgimento de oportunidades inovadoras de desenvolvimento. Nesse contexto, a abordagem territorial aparece como uma noção que permitiria explicar o papel do contexto e do espaço social como fator de desenvolvimento.

Nesse sentido, o território tornou-se “uma variável crucial para explicar as dinâmicas econômicas relativas a diferentes espaços. As condições históricas e culturais e as características socioeconômicas das diversas regiões jogam um papel importante, sua diversidade explica, em grande parte, as diferenças de trajetórias de desenvolvimento ordenadas

segundo circunstâncias históricas e geográficas” (COULERT; PECQUEUR, 1994). Neste caso, o espaço não é um simples suporte, mas ele se torna território, que é o ponto de reencontro dos atores do desenvolvimento, o lugar onde se organizam formas de cooperação entre empresas, onde se decide a divisão social do trabalho. Enfim, o lugar de reencontro entre as formas de mercado e as formas de regulação social. O território torna-se um componente permanente do desenvolvimento.

Portanto, começou a ser discutida com mais ênfase, a partir da década de 1994, uma avaliação comparativa entre o desenvolvimento e as condições de vida de uma determinada sociedade em virtude da constatação do processo de crescimento econômico que ocorrera em vários países, sobretudo nos subdesenvolvidos, por não ser acompanhado de uma melhoria na qualidade de vida da maioria da população.

Assim o conhecimento em qualidade de vida subjetiva se expressa como uma área multidisciplinar de conhecimento que engloba além de diversas formas de ciência e conhecimento popular, conceitos que permeiam a vida das pessoas como um todo. Nessa perspectiva, lida com inúmeros elementos do cotidiano do ser humano, considerando a percepção e expectativa subjetivas sobre a vida (ALMEIDA; GUTIERREZ; MARQUES, 2012).

Conforme sugere a Organização Mundial da Saúde (2008), a percepção dos indivíduos é refletida a partir do momento em que as suas necessidades estão sendo satisfeitas ou, ainda, que lhes estão sendo negadas oportunidades de alcançar a felicidade e a autorrealização, com independência de seu estado físico de saúde ou das condições sociais e econômicas. Trata-se de um conceito subjetivo, complexo e multidimensional que depende de fatores intrínsecos e extrínsecos dentro da realidade de cada pessoa (ROCHA; FELLI, 2004).

Portanto, condições de vida é um conceito eminentemente subjetivo, uma vez que, na sua concepção estão aspectos relacionados com o atendimento de necessidades vitais básicas tais como: moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte, dentre outras. O atendimento dessas necessidades garante aos indivíduos melhores condições de vida e bem-estar (RIBEIRO; BARBOSA, 2006).

Assim as reações subjetivas de um indivíduo às suas vivências dependem primeiramente da experiência direta da pessoa cujas condições de vida estão sendo avaliadas e indica como os indivíduos percebem suas próprias vidas, felicidade, satisfação, a partir das necessidades vivenciadas por eles. Então o conceito de condição de vida é multidimensional, apresenta uma organização dinâmica dos seus componentes, difere de pessoa para pessoa de acordo com seu ambiente/contexto.

Além da multidimensionalidade, trabalha-se também a proposta trazida por Kageyama (2008) que é baseada em três dimensões, a primeira se refere aos condicionantes ou fatores do desenvolvimento rural, a segunda são as características do desenvolvimento rural e a terceira pressupõe os efeitos dos processos de desenvolvimento.

De acordo com Rambo *et al* (2012), essas dimensões estão pautadas na concepção de Sen (2000), qual seja, um processo que consiste na remoção das restrições que limitam as escolhas e oportunidades das pessoas, um processo de alargamento das liberdades. Sendo assim, essas instâncias acima citadas aproximam-se da abordagem das *capabilities* (capacitações), a qual propõe avaliar a capacidade – ou melhor, a liberdade – de escolha dos indivíduos, de realização de ações ou do alcance de estados considerados desejáveis. O que propõe, então, é um modelo que possibilite aos indivíduos terem acesso ao tipo de vida que gostariam de ter (RAMBO *et al*, 2012).

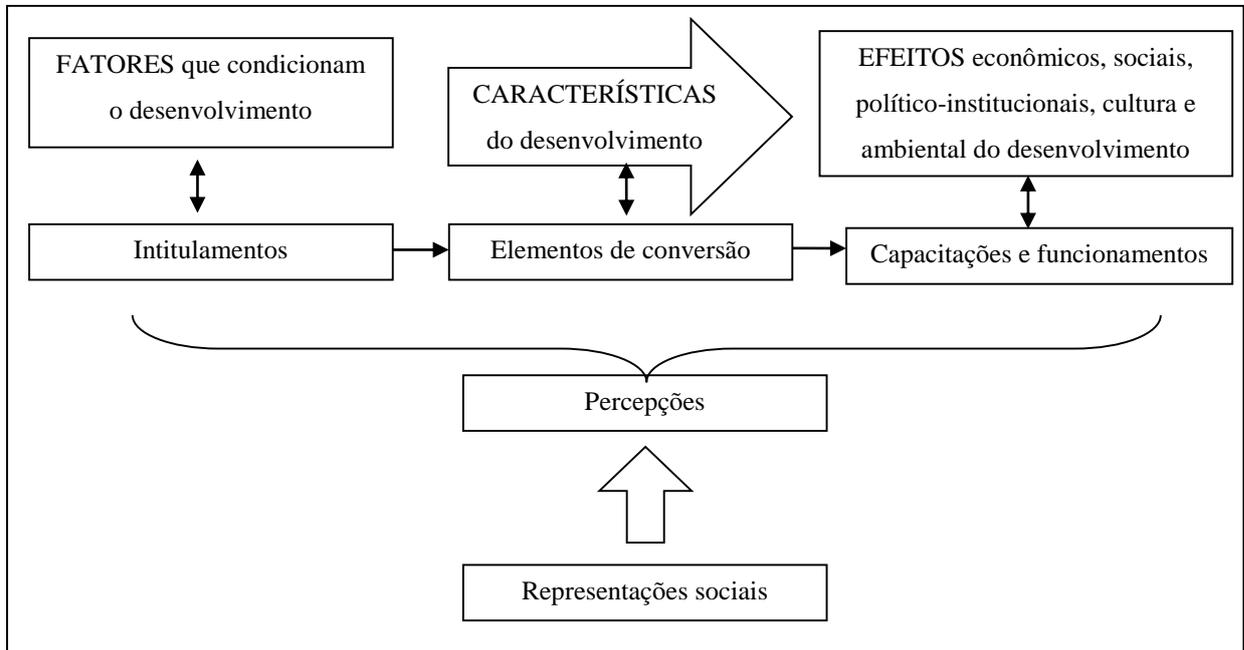
Então na abordagem de Sen (2000), a liberdade é a condição central, os fins e os meios do desenvolvimento. Para que seja atingida e para que todos sejam incluídos no espaço público de debate e definição das capacitações e funcionamentos, cinco liberdades instrumentais precisam ser garantidas, conforme Sen (2000):

- 1) Liberdades políticas
- 2) Facilidades econômicas
- 3) Oportunidades sociais
- 4) Garantia de transparência e
- 5) Segurança protetora.

Estes cinco elementos citados anteriormente, além de serem importantes por si só, reforçam-se mutuamente, o seu conjunto é indispensável para a promoção da condição de agente dos indivíduos, que é necessária para a definição coletiva das verdadeiras necessidades de uma população (RAMBO *et al*, 2012).

De acordo com a Figura 1:

Figura 1 – Relação entre fatores, características e efeitos e a abordagem das capacitações



Fonte: Rambo *et al*, 2012.

Ao agregar a abordagem das representações sociais e instrumentais, então se observa como o Índice de Condições de Vida auxilia na compreensão das dinâmicas territoriais de desenvolvimento rural. Ao compreender, por exemplo, como os atores territoriais interpretam o real, é possível entender como e por que esses se comportam e agem de determinada forma (RAMBO *et al*, 2012).

A condição de vida refere-se aos fatores externos ao sujeito que proporcionam seu bem-estar (alimentação, moradia, educação, saúde, segurança, habitação etc.). Nível de vida compreende os recursos necessários para desenvolver as condições de vida, tais como emprego, a produção, a tecnologia etc. (COSTA; COSTA, 2011).

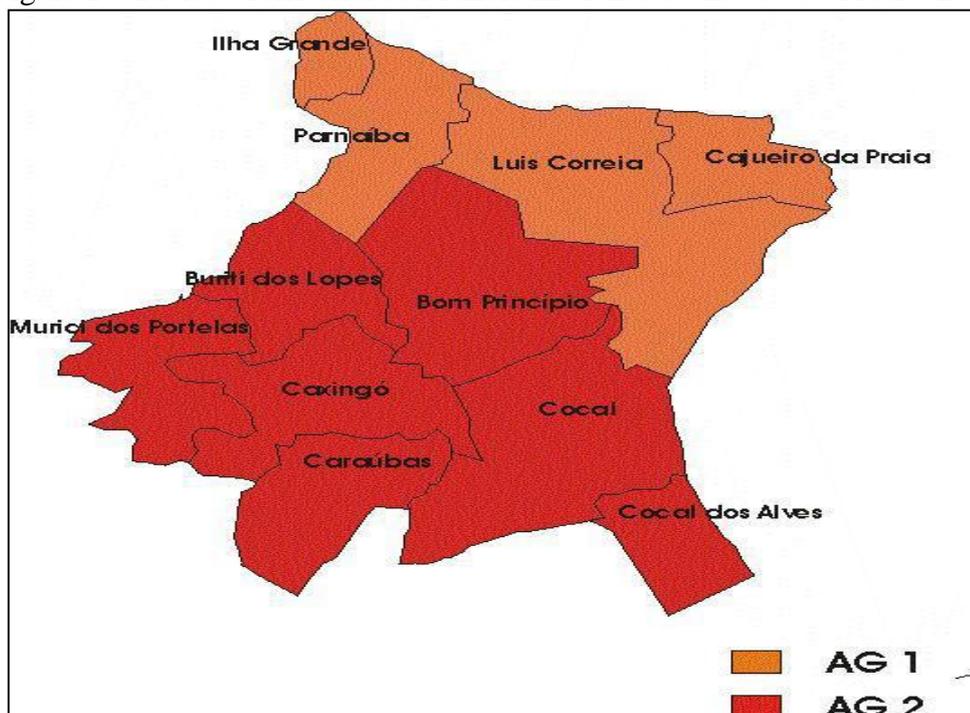
4 METODOLOGIA

4.1 Área Geográfica de Estudo

A área geográfica de estudo abrange os 4 municípios: Caxingó, Parnaíba, Ilha Grande e Cocal e que compõe o Território da Planície Litorânea e localiza-se na zona norte do Estado do Piauí. O TPL é composto por dois Aglomerados: AG 1, formado por: Cajueiro da Praia, Ilha Grande, Luís Correia e Parnaíba e AG 2: Bom Princípio do Piauí, Buriti dos Lopes, Caraúbas do Piauí, Caxingó, Cocal, Cocal do Alves, Murici dos Portelas.

O Território Rural Planície Litorânea abrange uma área de 6.194 km², sendo a população total no ano de 2010 de 265.422 habitantes distribuídos nos 11 municípios (IBGE, 2010), dos quais 75.551 vivem na área rural, o que corresponde a 28,49% do total da população e densidade demográfica de 42,85 (hab/ km²). No que se refere à dinâmica populacional, observa-se considerável concentração em dois municípios, são eles: Parnaíba e Luís Correia, ambos concentram 65,65% da população do TPL. Parnaíba possui 145.705 habitantes, e Luís Correia 28.406 habitantes (IBGE, 2010). A Figura 2 destaca a divisão territorial do Território Planície Litorânea para o ano de 2010, segundo dados do Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí–CEPRO, 2010.

Figura 2 – Divisão Territorial da Planície Litorânea do Estado do Piauí – 2007



Fonte: Piauí em Números, 2008.

Destacam-se algumas características dos municípios da Planície Litorânea como: Parnaíba apresenta densidade demográfica de 334,52 hab./km², sendo a maior densidade em relação aos outros municípios, é o segundo centro econômico do Estado com um PIB de ordem R\$ 1.040.166,00 (IBGE, 2011), enquanto Bom Princípio do Piauí apresenta a mais baixa densidade demográfica do Território: 10,17 hab./km². O município de Cocal dos Alves se destaca com o menor PIB na ordem de R\$ 23.108,00 (IBGE, 2011).

De acordo com a Tabela 1, o Produto Interno Bruto (PIB) do Território Rural Planície Litorânea somou segundo o IBGE (2011) R\$1.598.319,00, ocupando o 2º lugar no ranking dos territórios com o maior PIB do Estado do Piauí (CEPRO, 2012). O setor de serviços teve a maior contribuição nos 11 municípios que compõe o território, seguido da indústria e agropecuária. Esse setor é responsável por 70,66%, enquanto a indústria contribui com 13,71%, seguido da agropecuária com 7,5%. O produto total do Estado do Piauí soma R\$ 24.606.833,00, sendo que a participação do PIB do território da Planície Litorânea equivale a 7,24% desse total.

Tabela 1 – Composição do Produto Interno Bruto dos municípios que compõe o Território Planície Litorânea, no Piauí (2013)

MUNICIPIOS	PIB	PIB Agrícola	PIB Industrial	PIB Serviços
Parnaíba	1.040.166	23.056	159.808	753.419
Cajueiro da Praia	31.240	4.572	4.156	21.274
Ilha Grande	41.568	7.730	4.598	27.322
Luís Correia	138.125	20.079	17.288	93.185
Bom Princípio	32.130	11.166	2.047	17.208
Buriti dos Lopes	94.996	16.029	10.500	63.947
Caraúbas	26.755	5.735	2.373	17.223
Caxingó	25.463	4.946	2.317	17.223
Cocal	109.939	15.406	11.366	78.287
Cocal dos Alves	23.108	4.251	1.840	16.111
Murici dos Portelas	34.829	7.045	2.964	23.704
Total	1.598.319	120.015	219.257	1.129.272

Fonte: IBGE, 2011.

Para atender aos objetivos deste estudo, foram utilizados dados primários coletados junto às famílias rurais inseridas em uma amostra de 4 municípios (Parnaíba, Caxingó, Ilha Grande e Cocal) que compõe o Território Planície Litorânea, além de dados secundários obtidos a partir do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, e de livros, teses, dissertações, artigos de periódicos e materiais disponibilizados na internet que são referências no estudo em análise de consultas.

4.1.1 População e Dimensão da Amostra

Os municípios estudados foram os seguintes: Parnaíba com IDHM de 0,687 (Médio), Ilha Grande – IDHM de 0,563 (Baixo), Caxingó – IDHM de 0,488 (Muito baixo) e Cocal – IDHM de 0,497 (Muito baixo), observando os dois mais desenvolvidos e dois menos desenvolvidos nessa hierarquia de valores, motivando assim a escolha para o estudo, então, trabalhou-se com o número de domicílios rurais de acordo com o IBGE (2010). A estimativa inicial da amostra foi calculada de acordo com Fonseca e Martins (1996):

$$n = \frac{\sigma^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{e^2 \cdot (N-1) + \sigma^2 \cdot p \cdot q} \quad (1)$$

Sendo:

n = tamanho da amostra ($n=365$)

σ = nível de confiança escolhido, expresso em número de desvio (2 desvios).

p = % com o qual o fenômeno se verifica ($p = 0,5$)

q = % complementar ($q=0,5$)

N = tamanho da população ($N= 7.022$)

e = erro máximo permitido ($e = 5\%$)

Considera-se a população finita, haja vista, uma quantidade determinada de famílias inserida no Território Planície Litorânea, a população que compõe o TPL alcança 19.143 habitantes, então foi trabalhada uma amostra não aleatória intencional em que consiste selecionar um subgrupo de população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo, de toda a população. Esse subgrupo foi composto por uma população de 7.022 habitantes.

Para a análise das condições de vida dessa população rural, foram entrevistados 186 domicílios, de uma amostra de 365, sendo assim corresponde a 26,48% dos 7.022 domicílios que estão inseridos nos quatro municípios escolhidos do território.

Assim, durante a coleta de dados no período de outubro a novembro de 2013, observou-se a ocorrência de saturação o que, segundo Glaser; Strauss, 1976 *apud* Thiry-Cherques, 2009, p. 23, representa que: “nenhum dado adicional é encontrado que possibilite ao pesquisador acrescentar propriedades a uma categoria. [...], isto é, [...] quando o pesquisador torna-se empiricamente confiante de que a categoria está saturada” (GLASER; STRAUSS,

1976 *apud* THIRY-CHERQUES, 2009, p. 23). Nesse caso, segundo Maia (2013), ao conjunto das respostas apresentadas pelos entrevistados, pouco ou nada foi acrescentado em termos de substancialidade aos tópicos abordados e o pesquisador pode encerrar a etapa de coleta de dados.

A pesquisa considerou domicílios com produção e sem produção agrícola, devido à realidade do trabalho de campo que indicou que nem todos os domicílios pesquisados possuíam produção agrícola, os domicílios encontrados sem produção na maioria viviam basicamente das aposentadorias, comércio ou bolsa família.

4.2 Métodos de Análise

4.2.1 Análise Tabular e Descritiva

A análise descritiva dos dados obtidos foi realizada por meio de técnicas estatísticas, mais especificamente tabelas de distribuição de frequências e gráficos. A estatística descritiva permite ao pesquisador uma melhor compreensão do comportamento dos dados por meio de tabelas (FÁVERO *et al*, 2009). Essa técnica adotada na pesquisa tem também o propósito de sistematizar as informações coletadas junto às famílias do Território Rural Planície Litorânea para a análise quanto às características socioeconômicas como, idade, escolaridade, principais fontes de renda, condições ambientais etc.

4.2.2 Determinação da Contribuição dos Indicadores de Desenvolvimento Rural

A análise dos indicadores do desenvolvimento no território rural foi realizada considerando-se três instâncias, sendo cada uma delas composta por oito indicadores (Quadro 1). Essa segmentação seguiu o MDA (2011).

Quadro 1 – Instâncias e indicadores de desenvolvimento rural e das condições de vida dos domicílios rurais

Instâncias	Indicadores
Fatores que favorecem o desenvolvimento (intitulentos)	Mão de obra familiar em atividade dentro ou fora da unidade
	Área da unidade de produção familiar
	Escolaridade
	Condições da moradia

	Acesso a mercados
	Acesso a políticas públicas (Pronaf, bolsa-família).
	Acesso a crédito e assistência técnica
	Presença de instituições que favorecem o desenvolvimento rural
Características do desenvolvimento (elementos de conversão)	Renda familiar
	Produtividade do trabalho
	Produtividade da terra
	Diversificação da produção agrícola
	Pluriatividade, diversificação nas fontes de renda familiar.
	Uso e proteção dos recursos naturais: água
	Uso e proteção dos recursos naturais: solo
	Uso e proteção dos recursos naturais: vegetação nativa
Efeitos do desenvolvimento (capacitações e funcionamentos)	Estar bem alimentado / nutrido
	Ter boa saúde
	Permanência dos membros da família da unidade de produção
	Percepção sobre as mudanças na situação econômica da família
	Percepção sobre as mudanças na situação ambiental da unidade
	Participação social (cooperativas associações)
	Participação política (eleições, conselhos, assembleias).
	Participação cultural (grupos de expressão cultural, outras atividades).

Fonte: MDA, 2011

O quadro 2 apresenta os escores atribuídos aos indicadores de desenvolvimento de acordo com a avaliação nos domicílios pesquisados, de acordo com o anexo I:

Quadro 2 – Escores atribuídos aos indicadores de desenvolvimento, segundo a avaliação dos domicílios pesquisados

Atributo do Indicador	Escore equivalente
Péssimo	1
Ruim	2
Regular	3

Boa	4
Ótimo	5

Fonte: MDA, 2011

O tratamento matemático que permitiu a análise do nível de desenvolvimento territorial em cada uma das instâncias estudadas consistiu na aplicação da expressão:

$$d_w = \frac{\sum_{i=1}^k m_i}{k} \quad (2)$$

Onde:

d_w = média aritmética dos escores recebidos pelos indicadores componentes da w-ésima instância

w= instâncias analisadas (w = 1,2,3)

m_i = média aritmética do i-ésimo indicador da w-ésima instância, expresso por:

$$m_i = \frac{\sum_{j=1}^n E_{ij}}{n} \quad (3)$$

Onde:

i = indicadores que compõe a w-ésima instância (i = 1, ..., k)

Instância 1; i = 1, ..., 8

Instância 2; i = 9, ..., 16

Instância 3; i = 17, ..., 24

k = números de indicadores que compõem a w-ésima instância

E_{ij} = Escore atribuído pela j-ésima família entrevistada, ao i-ésimo indicador da w-ésima instância

J = famílias entrevistada (j= 1, ..., n)

n = número de famílias entrevistadas

4.2.3 Cálculo do Índice de Condição de Vida – ICV

As condições de vida da População Rural do Território Planície Litorânea foram analisadas a partir de um índice agregado composto por indicadores inseridos em três dimensões que buscam descrever o desenvolvimento a partir de três aspectos:

- i) Fatores do desenvolvimento,
- ii) Características do desenvolvimento e
- iii) Efeitos do desenvolvimento.

Segundo Gomes *et al* (2012), as três dimensões do índice são chamadas de “instâncias”: a primeira busca entender os condicionantes do desenvolvimento rural, na qual, se procura identificar as diferentes bases territoriais sobre as quais se desenrola o processo de desenvolvimento rural. Na segunda, busca-se identificar as possíveis diferenças nas trajetórias do desenvolvimento. A terceira dimensão pressupõe os efeitos dos processos de desenvolvimento, admitindo que as características junto à base territorial diversa – ou seja, juntos aos fatores – produzem resultados econômicos e sociais também diversos.

O índice em questão, denominado ICV – Índice de Condições de Vida foi inicialmente elaborado por pesquisadores do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS, requisitado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) e com contribuições da pesquisadora Ângela A. Kageyama sucede uma primeira experiência da equipe do PGDR com o projeto de validação do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) e sua representação gráfica na forma de um biograma (Seu principal objetivo é apreender os efeitos das ações territoriais nas percepções do público alvo. Além de permitir análises comparativas (GOMES *et al*, 2012).

O que se vai buscar é a percepção desses indivíduos ou famílias sobre a condição de vida deles no Território Rural Planície Litorânea e as respostas são anotadas em escalas de valor pré-estabelecidas. Foram considerados os indicadores conforme o anexo I.

Portanto, não se vai perguntar o valor da renda familiar, mas se a renda é suficiente para viver de forma adequada. Em vez de perguntar qual a produtividade da área naquele ano específico, é indagado se, para ele, a produtividade da área está boa. As respostas são claramente subjetivas, mas expressam as percepções dos indivíduos sobre cada um dos 24 indicadores que compõe o ICV. O que importa é o ponto de vista dos entrevistados e a avaliação feita por eles sobre os diversos aspectos que compõem o instrumento de captação de dados.

Matematicamente, pode-se definir Índice de Condição de Vida (ICV) pela média harmônica das instâncias:

$$ICV = \frac{3}{\frac{1}{d_1} + \frac{1}{d_2} + \frac{1}{d_3}} \quad (4)$$

Onde:

ICV = índice de condição de vida

d_1 = média dos indicadores da instância 1

d_2 = média dos indicadores da instância 2

d_3 = média dos indicadores da instância 3

As médias dos indicadores e o ICV são representados em gráficos do tipo biograma (RÉ; RAMBO; SCHNEIDER, 2012).

Vale mencionar que, para o cálculo do ICV, os escores atribuídos aos indicadores de cada dimensão foram reescalados (padronizados) e alcançaram valores entre 0 e 1, de modo a possibilitar a construção do índice (WAQUIL, 2012). Esse reescalamento, ou seja, essa padronização é feita conforme Lemos (2001), *apud* Cunha *et al* (2008), a partir da expressão:

$$I_{pij} = \frac{I_{ji} - I_{jr}}{I_{jm} - I_{jr}} \quad (5)$$

Sendo:

I_{pij} = Valor padronizado do indicador i para a j-ésima família entrevistada.

I_{ji} = Valor do escore atribuído ao indicador i para a j-ésima família entrevistada.

I_{jr} = Valor do escore atribuído ao indicador i, correspondente à pior situação observada entre n famílias entrevistadas.

I_{jm} = Valor do escore atribuído ao indicador i, correspondente à melhor situação observada entre n famílias entrevistadas.

Então, o ICV recebe uma escala de valores apresentados, a seguir, sendo que, quanto mais próximo de 1 melhor o nível de condição de vida que o indivíduo apresenta. Portanto o valor 1, representa o nível alto de condição de vida. Dentro desses limites, segundo MDA (2011) foram estabelecidos os seguintes critérios:

Tabela 2 - Legenda dos valores padronizados do ICV

0,00 – 0,20	Baixo
0,20 – 0,40	Médio Baixo
0,40 – 0,60	Médio
0,60 – 0,80	Médio Alto
0,80 – 1,00	Alto

Fonte: MDA, 2011.

De acordo com os resultados da pesquisa de campo percebeu-se que nem todos os domicílios rurais possuem produção. Logo o ICV foi obtido em duas situações:

- Sem produção
- Com produção familiar

Assim, os domicílios sem produção não tinham elementos para informar sobre os indicadores das instâncias 1 e 2. Por isso, o cálculo do ICV só incluiu os dados da instância 3. Para os casos com produção, o ICV foi calculado conforme sua concepção original, considerando as três instâncias.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 Caracterização socioeconômica dos domicílios residentes nas áreas do Território Rural da Planície Litorânea do Estado do Piauí.

De acordo com a análise dos dados da pesquisa, é possível apresentar o perfil da população estudada. A Tabela 3 mostra a quantidade de pessoas que moram no estabelecimento/domicílio. Constatou-se que 27,4% das famílias possuem 3 membros, 25,8% são constituídas de 4 membros e 3,8% estão acima de 6 membros. Esse dado indica que o investimento em políticas públicas de controle à natalidade no território está surtindo efeito, considerando que a média de filhos por mulheres no Brasil, segundo os dados da Síntese de Indicadores Sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010) é de 3,1 estando assim às famílias do TPL dentro da média nacional.

Tabela 3 – Distribuição absoluta e relativa da quantidade de pessoas do domicílio que moram neste estabelecimento/domicílio no Território Rural Planície Litorânea no Estado do Piauí, 2014

Quantidade de pessoas residentes por domicílios	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
1,00	12	6,5
2,00	30	16,1
3,00	51	27,4
4,00	48	25,8
5,00	18	9,7
6,00	13	7,0
7,00	7	3,8
8,00	6	3,2
9,00	1	0,5
Total	186	100,0

Fonte: LIMA, 2014.

Na Tabela 4, os dados referentes à *educação* no meio rural revelaram números não muito animadores quanto ao acesso à escola, sobretudo, entre os adultos. Cinquenta por cento dos domicílios, pessoas com mais de 15 anos são alfabetizadas e esses valores são refletidos por parte dos adultos retornando à sala de aula através do Programa Educação de Jovens e adultos, que está inserido dentro do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, instituído pelo Decreto N. 6.094/2007. Os outros 50% não são alfabetizados, um número ainda elevado.

Esse valor não é considerado bom, pois a taxa de alfabetização dos jovens de 15 a 24 anos de idade é um dos indicadores recomendados pelas Nações Unidas para avaliar o cumprimento do segundo Objetivo do Desenvolvimento do Milênio - ODM. Portanto, o desafio de erradicar o analfabetismo nessa faixa etária requer iniciativas direcionadas aos jovens das regiões menos desenvolvidas do país, como o Território Rural Planície Litorânea no Piauí.

No Brasil, apesar do analfabetismo estar concentrado na população adulta, principalmente, entre os idosos constatam-se que o sistema educacional brasileiro ainda não conseguiu erradicá-lo entre os jovens. Para ampliar a efetividade do processo de alfabetização de jovens e adultos, surge à estratégia de implementação do programa Brasil Alfabetizado.

Com abrangência nacional, o programa priorizará os municípios que detêm taxas de analfabetismo superiores a 35%, concentrados principalmente na região Nordeste, e os jovens analfabetos de 15 a 29 anos. De acordo com o percentual que foi revelado pela pesquisa o ideal seria que essa política tenha mais eficácia no Território, pois seu objetivo primordial é de melhoria da educação básica, mas falta mais eficácia por parte do Programa para alcançar os 50% não alfabetizados e reduzir essa porcentagem tão expressiva no Território.

Tabela 4 – Distribuição absoluta e relativa da quantidade de indivíduos maiores de 15 anos que são alfabetizados no Território Rural Planície Litorânea no Estado do Piauí, 2014

Quantidade de indivíduos alfabetizados e não alfabetizados maiores de 15 anos	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Não	93	50,0
Sim	93	50,0
Total	186	100,0

Fonte: LIMA, 2014.

A Tabela 5 mostra que 93,5% dos adultos que moram nos domicílios pesquisados não completaram o ensino fundamental e somente 12,5% completaram. De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, na região nordeste, 50% dos que concluem a quarta série do ensino fundamental abandonam os estudos antes de completar o ensino fundamental.

Ainda é muito alta a proporção de alunos que progridem de forma lenta e dos que abandonam os estudos, o que contribui para manter em patamares baixos a taxa de conclusões no ensino fundamental, no entanto, os avanços que a sociedade brasileira tem conseguido não correspondem, na prática, questões com o desenvolvimento educacional satisfatório. Diferentes

fatores têm colaborado para a persistência desse quadro indesejável, entre os quais estão relacionados às condições de oferta de serviços e a situação socioeconômica dos estudantes.

Conforme Khan (2002) *apud* Sousa (2005), mais que um instrumento de geração de renda, a educação é, essencialmente, um fator indispensável para a conquista da cidadania, participação da vida política com maior senso de responsabilidade e maior eficiência na relação terra, capital e trabalho.

Tabela 5 – Distribuição absoluta e relativa da quantidade de adultos que completaram o ensino fundamental (Primeiro Grau) no Território Rural Planície Litorânea no Estado do Piauí, 2014

Adultos que completaram o ensino fundamental	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Não	174	93,5
Sim	12	6,5
Total	186	100,0

Fonte: LIMA, 2014.

Na Tabela 6, observa-se que 41,4% dos filhos dos produtores encontram-se matriculados regularmente nas escolas, o que lhes permite ter acesso ao programa do governo federal “bolsa família”. Somente 8,1% das crianças e adolescentes em idade escolar não estão matriculados. E os 50,5% restantes são os domicílios em que não há crianças e jovens em idade escolar.

Tabela 6 – Distribuição absoluta e relativa das quantidades de crianças e adolescentes em idade escolar que estão matriculados e frequentam regularmente as escolas existentes no Território Rural Planície Litorânea no Estado do Piauí, 2014

Quantidades de crianças e adolescentes matriculados	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Não	15	8,1
Sim	77	41,4
Não se aplica NSA	94	50,5
Total	186	100,0

Fonte: LIMA, 2014.

Segundo Brasil (2011), as condicionalidades impostas às famílias pelo Governo Federal abrangem os direitos básicos como a educação, a saúde e a assistência social. Com relação à educação, é obrigação das famílias manterem seus filhos na escola, com frequência mínima mensal de 85% para filhos até 15 anos e de 75% para jovens entre 16 e 17 anos.

O programa Bolsa Família tem um impacto positivo na vida escolar das famílias na zona rural. Essas condicionalidades impostas, a obrigação de manter os filhos matriculados e estudando contribui para diminuir o número de crianças e adolescentes fora da sala de aula. Então, nesse sentido, o programa Bolsa Família traz consigo o compromisso dos pais manterem os filhos na escola, pois há um acompanhamento da frequência escolar dos mesmos. Ainda assim, o número de 8,1% não deve ser aceito pacificamente, pois de acordo com as metas do objetivo do milênio é de garantir que, até 2015, todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo do ensino básico.

A Tabela 7 mostra a quantidade de domicílios que possuem energia elétrica, água dentro e próximo aos domicílios e banheiros. Como se pode observar 96,2% possui energia elétrica nos domicílios. Esses dados positivos estão atrelados ao Programa Luz para Todos, do governo federal.

Tabela 7 – Distribuição absoluta e relativa do acesso à energia elétrica, água e banheiro pelos moradores do Território Rural Planície Litorânea no Estado do Piauí, 2013

Acesso à energia, existência de água dentro e próximo de casa, banheiro	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Acesso à energia	179	96,2
Existência de água	177	95,2
Banheiro	122	65,6

Fonte: LIMA, 2014.

Em novembro de 2003, o Governo Federal lançou o Programa Luz para Todos, cujos objetivos incluíam a garantia do acesso ao serviço público de energia elétrica pela parcela da população rural ainda não atendida.

De acordo com o seu Manual de Operacionalização, o Programa Luz para Todos deveria também se integrar a diversos programas sociais e de desenvolvimento rural implementados pelo Governo Federal e pelos Estados. Essa integração objetivava assegurar que a eletrificação do campo resultasse em incremento da produção agrícola, proporcionando o crescimento da demanda por energia elétrica, o aumento da renda e a inclusão social da população beneficiada (BITTENCOURT, 2010).

No Piauí, o Programa Luz Para Todos foi iniciado em 2005 e já atendeu a mais de 140 mil novos clientes em todo o Estado, correspondendo a 94% do termo de compromisso firmado de 149,6 mil domicílios, propiciando o acesso à energia elétrica a mais de 700 mil pessoas (JORNAL ACESSE PIAUÍ, 2013).

Já as informações relativas à água indicam que 95,2% dos domicílios possuem água dentro de casa ou próximo da mesma, enquanto os 4,8% restantes não possuem água em domicílio. Pode-se observar ao entrevistar os moradores desses domicílios que boa parte das famílias busca água no rio próximo das residências, pois não existe água encanada, também foram poços artesianos com o objetivo da água auxiliar nos serviços domésticos e para o consumo humano. Dos municípios pesquisados, os únicos que disponibilizam água numa caixa d'água para todas as famílias são os municípios de Caxingó e Cocal. Algumas famílias pagam carroceiros para carregar água do rio ou pagam terceiros que têm poços artesianos, que disponibilizam uma encanação que levam água até as suas residências e os mesmos cobram uma taxa que custa, em média, R\$ 35,00 ao mês.

Vale ressaltar que no município de Caxingó mesmo tendo disponibilidade de água nos reservatórios, as famílias ainda pagam os carroceiros para buscar água em outras comunidades, devido à água disponibilizada pelo município ser salobra, então não é ideal para beber. Nesse caso, as autoridades poderiam resolver o problema, buscando soluções como, por exemplo, o uso de dessalinizadores. Porém são equipamentos considerados de custo relativamente elevado, mas se mostram eficazes na melhoria da potabilidade da água.

Observou-se a dependência de água na maioria dos domicílios pesquisados. Na zona rural do município de Parnaíba, foi constatada uma maior precariedade de acesso à água. Entretanto é o município com o IDHM considerado de acordo com PNUD de valor médio (0,687). Ao serem questionados sobre a escassez de água foi respondido que havia um descaso das autoridades políticas, e isso ocorria por questões políticas. No sentido de minimizar o problema da escassez de água, as famílias criaram alternativas como a utilização da água de terceiros e com isso pagam taxas para a aquisição desse serviço como já foi citado acima ou se utilizam da compra de tambores de água que custam, em média, de R\$ 1,00 até R\$ 6,00, porém as famílias que não têm o poder aquisitivo para se utilizar de uma dessas alternativas, buscam água nos rios, consideradas por eles a única solução.

O Ministério do Meio Ambiente (MMA), em parceria com o governo estadual, iniciou a execução do Programa Água Doce nas regiões mais necessitadas do Estado. Foi anunciado o Projeto e ao todo, R\$ 13 milhões serão investidos na construção de 67 cisternas de dessalinização da água encontrada nos lençóis freáticos das regiões que sofrem com a seca no Piauí. Já é um grande avanço, porém não abraça todos os municípios necessitados, espera-se que o governo Federal junto com as esferas estaduais e municipais estenda a todos os municípios que sofrem com esse problema (BRASIL, 2013).

Uma alternativa para a solução da escassez de água nos domicílios rurais do Território seriam as cisternas com capacidade de acumulação normalmente entre 7 e 15 m³, que representam a oferta de 50 litros diários de água durante 140 a 300 dias, admitindo-se que esteja cheia no final da estação chuvosa. Tomados os devidos cuidados com a limpeza do telhado, da cisterna, da calha e da tubulação, parece ser solução factível para o atendimento das necessidades mais essenciais da população rural do Território Rural Planície Litorânea.

As Figuras 3 e 4 mostram as famílias inseridas, nos municípios pesquisados, transportando água em tambores, pelos carroceiros que aproveitam para obter uma renda através desse serviço de transporte de água dos rios e de outras localidades que disponibilizam poços ou reservatórios de água. Caso algumas famílias não tivessem a alternativa dos carroceiros e nem recursos financeiros para o investimento da compra da água todos teriam que sofrer com a água salobra, água contaminada dos rios, água contaminada por uma substância oleosa de cor rosa, imprópria até para o banho.

A disponibilidade de água para o Homem do meio rural reveste-se numa questão de sobrevivência. A incidência de doenças de veiculação hídrica está associada à má qualidade da água consumida, especialmente nas áreas rurais. Uma melhor qualidade de água provoca doenças como: diarreias e entre outras que consequentemente melhora as condições de vida da população.

Figura 3 – Fotografia do transporte de água dos rios para a população rural do Território Planície Litorânea no Estado do Piauí, 2014.



Fonte: LIMA, 2014.

Figura 4 – Fotografia do transporte de água dos reservatórios para a população rural do Território Planície Litorânea do Piauí, 2014.



Fonte: LIMA, 2014.

Em relação à quantidade de banheiros, 65,6% dos domicílios possuem banheiro, enquanto o restante dos domicílios os banheiros são improvisados, para que as famílias pudessem utilizar pelo menos para o banho, enquanto as necessidades fisiológicas eram feitas de forma crítica. Convém lembrar que o meio ambiente rural, necessita de proteção, para que a população inserida tenham provavelmente melhores condições de vida.

De acordo com a Constituição Estadual do Piauí que traz, no capítulo VIII, normas regulamentadoras sobre o meio ambiente e incumbências para a sua efetiva preservação e saúde. O seu art. 203, parágrafo único dispõe que: a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantidos mediante políticas sociais e econômicas que visem à extinção dos riscos de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e aos serviços destinados a sua promoção, proteção e recuperação, com prioridade para as atividades preventivas e de vigilância epidemiológica. E no Parágrafo único – O direito à saúde pressupõe:

- I – condições dignas de saneamento, moradia, alimentação, educação, transporte e lazer;
- II – respeito ao meio ambiente sadio e ao controle da poluição ambiental.

Portanto se fazem necessários medidas voltadas para as condições sanitárias com objetivo de beneficiar a população que sofre com a precariedade, prejudicando assim a sua saúde e o bem-estar.

Os dados mostraram que ainda existem famílias no meio rural que sofrem com as condições de higiene bastante precárias, essa realidade pode ser observada nas figuras 5 e 6 onde se visualiza banheiros improvisados de palha e papelão.

Figura 5 – Fotografia dos banheiros de palha encontrados nos domicílios pesquisados no Território Rural Planície Litorânea no Estado do Piauí, 2014



Fonte: LIMA, 2014

Figura 6 - Fotografia dos banheiros de papelão encontrados nos domicílios pesquisados nos domicílios no Território Planície Litorânea do Piauí, 2014



Fonte: LIMA, 2014.

De acordo com a Tabela 8, foram pesquisados nos 186 domicílios alguns itens como: fogão a gás, geladeira, telefone e computador. Observou-se que desses domicílios, 94,6% possuem fogão a gás. Essa aquisição de fogões a gás é decorrente da facilidade do manuseio e a modernização chegando ao meio rural e adentrando as residências do Território Rural Planície Litorânea, proporcionando uma melhor condição de vida para as famílias.

De acordo com Carvalho *et al* (2012), é ideal o uso de fogões a gás butano, pois os fogões à lenha e a carvão emitem compostos poluentes para os espaços interiores das residências, ocasionando doenças respiratórias, e provavelmente, assim uma pior qualidade de vida. Além de acentuar a degradação ambiental em decorrência do desmatamento.

As Figuras 7 e 8 abaixo apresentam os domicílios que ainda utilizam fogões a carvão e à lenha no Território Rural Planície Litorânea, observam-se ainda famílias vivendo em condições precárias e cozinhando a carvão por elas produzido ou comprado, pois não têm fogão a gás e ainda existem aquelas que nem carvão disponibilizam e nem recursos financeiros para a aquisição do mesmo e recorrem ao uso da lenha, disponibilizada pela natureza e para eles oferecido sem nenhum custo financeiro.

Figura 7 - Fotografia do Fogão a carvão no Território Rural Planície Litorânea no Estado Piauí, 2014



Fonte: LIMA, 2014.

Figura 8 - Fotografia do Fogão à lenha no Território Rural Planície Litorânea no Estado do Piauí, 2014



Fonte: LIMA, 2014

Em relação ao item geladeira, a Tabela 8 mostra que 89,2% dos domicílios possuem geladeira. O uso de *equipamentos domésticos* também foi percebido nesta pesquisa. Há um acesso a eles, principalmente, onde a rede elétrica é permanente e de bom uso. As famílias não hesitam em comprar aparelhos eletrodomésticos e eletrônicos que no cotidiano podem trazer alguma qualidade de vida a eles.

E em relação ao telefone celular, 50% possuem. A pesquisa mostra o quanto às pessoas já estão aliadas às tecnologias e isso ocorre da necessidade de comunicação na qual as famílias necessitam para com os familiares que tiveram de sair do meio rural, sejam o esposo, filhos, irmãos etc.

Quanto aos computadores, 8,1% possuem computador. Os domicílios pesquisados, ainda não despertaram para essa tecnologia, seja por não ter habilidade e também por não ter condições financeiras para aquisição do mesmo.

O impacto da universalização dos programas de transferências de renda no meio rural é muito positivo. Observa-se na aquisição de bens de consumo por parte dos domicílios no território pesquisado, onde esses valores são bem expressivos, ou seja, quase 100% na aquisição de fogões, geladeiras, sendo decorrente das transferências de renda, o qual tem ocasionado a elevação do nível de renda, sendo assim responsável pelo acesso a bens de

consumo, e conseqüentemente, melhoria no bem-estar e na forma de produzir da população que vive no campo.

Tabela 8 – Distribuição absoluta e relativa da quantidade de Fogão a gás, geladeiras, telefones e computadores encontrados nos domicílios do Território Rural Planície Litorânea no Estado do Piauí, 2014

Existência de fogões a gás, geladeiras, telefones e computadores	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
fogão a gás	176	94,6
Geladeiras	166	89,2
Telefones	93	50,0
Computadores	15	8,1

Fonte: LIMA, 2014.

Foi pesquisado nos 186 domicílios de onde vêm a renda ou ganhos financeiros dos domicílios inseridos no Território Rural Planície Litorânea e foram estabelecidas algumas variáveis que serão observadas de acordo com a tabela 9. Observa-se que somente 14,5% da renda vêm da produção agrícola/pecuária/pesqueira/extrativista própria. E que 85,5% da renda são provenientes de outros serviços. Portanto, a produção agrícola no meio rural ocorre de maneira bem tímida, e conforme os dados da pesquisa as pessoas que recebem renda oriunda dessa área muitas vezes trabalham para terceiros ou produzem para subsistência e o que sobra eles vendem ou trocam.

A quase estagnação desse setor no TPL tem sido atribuída às adversidades climáticas, mais especificamente à seca, no entanto observou-se a falta de uma política de assistência técnica no sentido de desenvolver estratégias para o desenvolvimento do Território.

Para Ferreira; Khan; Júnior (2010), a utilização de tecnologia na agricultura a torna menos dependente dos fatores climáticos, mais produtivos e promissores. Acredita-se que os produtores assistidos tecnicamente têm maiores possibilidades de incorporar novas tecnologias ao processo produtivo.

Tendo em vista esse objetivo, a tecnologia é indicada como um fator responsável para obtenção de maior eficiência produtiva e, isso, por sua vez é considerado indispensável para o desenvolvimento da agricultura e conseqüentemente da economia (OLIVEIRA, 2003).

Tabela 9 – Distribuição absoluta e relativa da Produção agrícola / pecuária / pesqueira / extrativista própria no Território Rural Planície Litorânea no Estado do Piauí, 2014

Produção agrícola/pecuária /pesqueira /extrativista	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Não	159	85,5
Sim	27	14,5
Total	186	100,0

Fonte: LIMA, 2014.

Na Tabela 10, tem-se que 21,5% da renda vêm de trabalho não – agrícola como: serviços, comércio e indústria. Nos domicílios pesquisados, existiam famílias em que os indivíduos viviam do trabalho de pedreiros, carpinteiros. O comércio era uma das alternativas encontradas para a obtenção de uma renda e também para suprir as necessidades das famílias inseridas no Território Rural Planície Litorânea e que não tem como se deslocar todos os dias até a cidade para fazer compras, esse comércio é alavancado pelas rendas do Bolsa família, auxílio pesca, aposentadorias etc.

Tabela 10 – Distribuição absoluta e relativa da renda oriunda do trabalho não-agrícola oriundo de serviços, comércio ou indústria no Território Rural Planície Litorânea no Estado do Piauí, 2014

Renda dos trabalhos não agrícola	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Não	146	78,5
Sim	40	21,5
Total	186	100,0

Fonte: LIMA, 2014.

A Tabela 11 mostra que somente 1,6% da renda vêm do artesanato. O artesanato ainda não tem força no meio rural, observou-se que as pessoas, em especial as mulheres, ainda trabalham nas roças para ajudar os esposos e os homens disponibilizam suas habilidades para os serviços agrícolas.

Percebeu-se em algumas áreas a riqueza da região, portanto se fossem exploradas essas riquezas, conseqüentemente, haveria uma alternativa de melhorar a renda.

Nesse contexto, o artesanato pode estimular e promover o desenvolvimento de capacidades artísticas e resgates culturais, proporcionando ao artesão a qualificação profissional, o desenvolvimento de técnicas de aproveitamento progressivo das matérias-primas

presentes no meio rural, associadas à busca de mercado para a comercialização de seus produtos e inserção da atividade nas políticas públicas, assim como gerar emprego e renda de forma complementar ao orçamento familiar rural.

Tabela 11 – Distribuição absoluta e relativa do trabalho oriundo do artesanato e manufatura no Território Rural Planície no Estado do Piauí, 2014

Trabalho artesanal	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Não	183	98,4
Sim	3	1,6
Total	186	100,0

Fonte: LIMA, 2014.

Na Tabela 12, observa-se que 37,1% da renda das 186 famílias vêm da aposentadoria ou pensão, esse número ocorre devido às aposentadorias rurais que tiveram início em 1991, quando entraram em vigor as Leis nº 8.212, Plano de Custeio da Seguridade Social, e nº 8.213, Plano de Benefícios da Previdência Social, ampliando os direitos dos trabalhadores rurais, entre outros, fixando o teto de benefício no valor de um salário mínimo.

Assim, em âmbito nacional, as mudanças na previdência social provocaram um aumento do número de aposentados, após as modificações dadas pelas Leis nº 8.212 e nº 8.213, de 1991, que instituíram o princípio da universalização ocorrendo mudanças significativas no sistema previdenciário, principalmente para o trabalhador rural.

Tabela 12 – Distribuição absoluta e relativa dos números de aposentadorias ou pensões das famílias entrevistadas no Território Rural Planície Litorânea no Estado do Piauí, 2014

Pessoa beneficiada com aposentadorias ou pensões no domicílio	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Não	117	62,9
Sim	69	37,1
Total	186	100,0

Fonte: LIMA, 2014.

De acordo com a Tabela 13, observa-se que 61,3% das famílias inseridas no território rural planície litorânea, tem acesso a programas de transferências de renda: bolsa família, auxílio pesca, auxílio barragem e etc. Essas políticas sociais representam um fator importante no crescimento social do meio rural. Segundo Weissheimer (2012), a fonte de renda

que mais cresceu na área rural em âmbito nacional foi advinda dos programas sociais, principalmente pela criação do Programa Bolsa Família em 2003 e suas expansões posteriores. Isso significa que o Bolsa Família exerce influência representativa na renda familiar.

As transferências de renda têm como objetivo garantir direitos sociais; equalizar as oportunidades; reduzir os riscos sociais; e, enfrentar as condições de pobreza. Esses resultados têm registrado uma melhoria nas condições de vida da população mais pobre. Para Albuquerque (2001), a forma de ações não deveria ser apenas assistencial e, sim, incentivar o desenvolvimento, proporcionando a criação de emprego produtivo, então dessa forma combate à pobreza e melhora as condições de vida da população e não somente visando o aspecto assistencial.

Tabela 13 – Distribuição absoluta e relativa dos programas de transferências de rendas: bolsa família auxílio pesca, auxílio barragem etc. pesquisados no Território Rural Planície Litorânea no Estado do Piauí, 2014

Programas de transferências de rendas	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Não	72	38,7
Sim	114	61,3
Total	186	100,0

Fonte: LIMA, 2014.

De acordo com os valores apresentados na Tabela 14, apenas 1,6% das famílias têm renda proveniente de arrendamento de áreas. Existe uma grande concentração de terras nas mãos de muitos poucos. E quando perguntado se a área plantada era deles, foi unânime a resposta: *não*.

Tabela 14 – Distribuição absoluta e relativa do arrendamento das áreas pelos produtores rurais no Território Rural Planície Litorânea no Estado do Piauí, 2014

Arrendamento das áreas rurais	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Não	183	98,4
Sim	3	1,6
Total	186	100,0

Fonte: LIMA, 2014.

A Tabela 15 também informa que prevalece o mesmo percentual de famílias (1,6%) possui renda advinda de remessas de familiares, amigos, etc. Essas remessas geralmente são dos filhos e esposos que saíram do meio rural para tentar a vida nas grandes cidades, devido à falta de oportunidade na zona rural.

Esses indivíduos saíram do meio rural em busca de novas oportunidades sejam elas: estudos, empregos etc. e acabaram não retornando ao meio rural. Isso devido às oportunidades geradas pelos centros urbanos e também por não se adaptarem mais ao meio rural.

Assim, para enfrentar este desafio de aumentar a qualidade de vida da população rural, evitando o êxodo rural e as desigualdades sociais, a alternativa é melhorar continuamente os serviços prestados através de políticas públicas adequadas, por isso, à transferência de jovens para os espaços urbanos, mais do que parte do movimento demográfico geral do processo de urbanização das sociedades industrializadas contemporâneas, tem sido vista como um problema, na medida em que contribui para o esvaziamento do meio rural (MDA, 2011).

Tabela 15 – Distribuição absoluta e relativa das remessas financeiras advindas de familiares, amigos etc. no Território Rural Planície Litorânea no Estado do Piauí, 2014

Remessas familiares	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Não	183	98,4
Sim	3	1,6
Total	186	100,0

Fonte: LIMA, 2014.

Na Tabela 16, tem-se que 21,5% das famílias têm renda proveniente de outras fontes de renda. Essas rendas são oriundas de empregos públicos como constatado alguns funcionários públicos como: professores, agente penitenciário, agente administrativo etc. que preferem morar na zona rural com a família devido à tranquilidade que é oferecida pelo espaço rural.

Devido à condição financeira, então lhes possibilita viver com tranquilidade e também proporciona uma melhor qualidade de vida, pois a mesma tem sido uma preocupação constante do ser humano, desde o início de sua existência e, atualmente, constitui um compromisso pessoal: a busca contínua de uma vida saudável.

Tabela 16 – Distribuição absoluta e relativa das outras fontes de renda detectadas no Território Rural Planície Litorânea no Estado do Piauí, 2014

Fontes de renda	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Não	146	78,5
Sim	40	21,5
Total	186	100,0

Fonte: LIMA, 2014.

As informações da Tabela 17 caracterizam a renda dos indivíduos, onde se observa que 62% das famílias têm uma renda entre R\$ 70,00 e R\$ 748,00 e 30,6% de R\$ 749,00 a R\$ 1427,00 e 6,5% de R\$ 2.107,00 a R\$ 2.785,00. Observa-se que a renda varia de R\$ 70,00 até R\$ 2.107,00. Existem famílias que sobrevivem com uma renda de R\$ 70,00, renda essa proveniente exclusivamente do bolsa família. Perguntou-se a eles como conseguia sobreviver com esse valor e foi dito – “*A gente vive como Deus quer e vai se salvando*”.

As famílias com uma renda “mais alta” ou “maior” são as que vivem das aposentadorias dos idosos. Muitos deles residem com filhos ou os filhos casam e continuam morando com os pais. As rendas de valores mais altos são dos funcionários públicos e arrendatários de terras residentes no território pesquisado.

Para os extremos inferiores das rendas, houve famílias que declararam não possuir nenhuma fonte de renda. Podendo-se chegar à conclusão que a produção para consumo próprio é uma renda invisível (BRUMER, 2002).

Tabela 17 – Distribuição absoluta e relativa da renda dos indivíduos do Território Rural Planície Litorânea no Estado do Piauí, 2014

Renda	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
70,00<renda<748,00	116	62,4
749,00<renda<1427,00	57	30,6
1428,00<renda<2106,00	12	6,5
2107,00<renda<2785,00	1	5
Total	186	100,0

Fonte: LIMA, 2014.

5.2 Verificação dos fatores que favorecem o desenvolvimento no Território Rural Planície Litorânea

Essa instância aproxima-se da abordagem das capacitações (figura 1), entretanto, de acordo com Sen (2011) operacionaliza sua proposta nos conceitos dos intitamentos. Eles representam o conjunto de combinações de bens ou mercadorias que cada pessoa pode ou está apta a possuir. Eles representam, portanto, os meios para atingir determinados fins, as condições para a realização das escolhas.

Nesse sentido, a primeira instância, que se refere aos fatores, que condicionam o desenvolvimento, está ligada aos elementos constitutivos, aos recursos, as condições para realização das escolhas, enfim, está ligada aos intitamentos.

Observam-se que esses intitamentos contribuem, de acordo com o quadro 3, para o favorecimento do desenvolvimento do Território Rural Planície Litorânea. Os resultados mostram a variável que teve maior contribuição, sendo as condições de moradia com 15,32%, seguida da área da unidade de produção com 15,12%.

Quadro 3 – Contribuição de cada indicador para a média da instância 1

Mão-de-obra familiar	13,10
Área da unidade de produção	15,12
Escolaridade	10,49
Condições de moradia	15,32
Acesso a mercados	11,33
Acesso a políticas públicas	12,72
Acesso a crédito e assistência técnica	7,56
Presença de instituições	14,36
	100

Fonte: LIMA, 2014.

Quando perguntados sobre o que achavam das condições de moradia, os entrevistados responderam que estavam boas, alguns chegavam a responder que estavam ótimas e diziam: “*pior era não ter onde morar*”, a análise a ser remetida nesse caso é de que a variável condições de moradia tem uma contribuição positiva devido à maioria serem proprietários do seu próprio local de moradia.

Quanto à situação da área de produção utilizada para plantio foi avaliada positivamente em termos de tamanho, aproveitamento, solo etc. O solo é considerado bom para

o plantio, enquanto o tamanho também é considerável para a quantidade produzida por eles, pois não há diversificação da produção, ou seja, a produção era basicamente de: arroz, feijão, mandioca. Uma produção não diversificada pode restringir a renda dos domicílios inseridos no território, pois a produção é voltada somente para a subsistência das famílias, caso diversificassem a produção, então poderiam distribuir nos mercados contribuindo para aumentar a renda e assim alavancar o desenvolvimento e geração de emprego e renda. Então, se no Território estudado, o solo é bom para o plantio, existe um tamanho adequado para a produção, o que ocasiona essa pouca diversificação da produção é decorrente da baixa contribuição da assistência técnica (7,56%), onde muitos produtores não têm o conhecimento adequado para ser colocado em prática.

Seria importante que as políticas públicas disponíveis no Território Rural Planície Litorânea fossem voltadas para a promoção e animação de processos capazes de contribuir para a construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, centrados no fortalecimento da agricultura familiar e das organizações, por meio das metodologias educativas e participativas, integradas às dinâmicas locais, buscando viabilizar as condições para o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida.

Já as instituições e organizações presentes no território têm uma contribuição de 14,32%, ou seja, elas estavam cumprindo o seu papel. A maioria dos agricultores era associados a essas instituições, pois o cadastro para recebimento dos benefícios como: aposentadorias e alguns auxílios eram de responsabilidade das associações e/ou sindicatos. Observaram-se em algumas áreas rurais, instituições de caráter meramente político, ou seja, atuavam em favor de candidatos a cargos políticos ou mesmos já eleitos.

É importante destacar que essas instituições quando direcionam seu papel para atuar em prol da comunidade trazem uma contribuição bem mais favorável ao meio rural, pois elas trazem consigo estratégias e políticas que condicionam uma melhor sinergia.

Quanto à mão-de-obra familiar teve uma contribuição de 13,10%, ou seja, bem satisfatória, segundo os dados informados pelos domicílios pesquisados devido a não existência de uma grande produção, então não há a necessidade de contratar pessoas extras, mas observa-se que poderia ter uma contribuição bem maior, caso houvesse melhor escolaridade e também assistência técnica. No entanto, se as políticas públicas se voltassem também para a qualificação dessa mão-de-obra familiar, então melhoraria consideravelmente a produção, pois os fatores humanos são de suma importância para que haja melhor produtividade.

Outra variável de peso considerável com 12,72% foi acesso a políticas públicas. A maioria da população é coberta por benefício: Programa Bolsa Família, auxílio pesca, auxílio

safra, aposentadorias etc, trazendo impacto positivo na renda dessas famílias, pois muitas vivem apenas das transferências dessas rendas.

Os domicílios pesquisados são cobertos por essas políticas públicas assistencialistas, elevando assim a renda familiar de acordo com os valores pesquisados no quadro 4 (14,5%). O ideal seria melhorar também a contribuição dos outros fatores que favorecem o desenvolvimento, como já citado. Seria interessante que essas políticas públicas se voltassem mais para a promoção e animação de processos capazes de contribuir para a construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, centrado no fortalecimento da agricultura familiar e das organizações, por meio das metodologias educativas e participativas, integradas às dinâmicas locais, buscando viabilizar as condições para o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida.

Já a variável escolaridade contribui com 10,49%, uma contribuição considerada baixa em relação aos valores das outras variáveis da instância, pois a educação é de suma importância para que haja uma melhor produtividade no trabalho e conseqüentemente uma maior diversificação da produção agrícola e por fim uma maior diversificação das rendas, alavancando assim o desenvolvimento no Território estudado. O que, provavelmente, faz essa contribuição não ser mais baixa é a ligação entre a variável escolaridade e a variável acesso a políticas públicas, pois muitos pais mantêm os filhos matriculados na escola devido à obrigatoriedade da frequência escolar que é apresentada para o Programa Bolsa Família. Outro fator considerado positivo foi as escolas estarem dentro das comunidades e mesmo não havendo escolas em algumas comunidades, existe o transporte escolar para o deslocamento dos jovens a outros municípios.

Assim o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), instituído pela Lei nº 10.880/04, tem “o objetivo de garantir o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos do ensino fundamental público residentes em área rural que utilizem transporte escolar” (BRASIL, 2011).

Portanto, a questão da evasão escolar motivada pela dificuldade de acesso, ou seja, pela distância entre a casa dos alunos da zona rural e as escolas, é reconhecida pelo governo federal que, desde 1994, desenvolve políticas de assistência financeira a estados e municípios voltados ao transporte escolar (MOURA; CRUZ, 2013).

Nesse caso, a educação tem como principal efeito mudar suas “habilidades” e conhecimentos; quanto mais a pessoa estuda, maior sua habilidade cognitiva e maior sua produtividade; e maior produtividade permite que a pessoa perceba maiores rendas. Assim, a

educação é o principal meio de mobilidade social e é também a principal variável explicativa dos diferenciais de rendimentos (SILVA, 2006).

Por isso, o governo federal, em parceria com os demais entes governamentais, busca desenvolver, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), políticas, programas e ações com o intuito de combater, ou pelo menos amenizar, as desigualdades existentes entre regiões, estados e municípios brasileiros. Mais ainda está longe do esperado no território, elas contribuem com 12,72% no meio rural da planície litorânea.

O acesso ao crédito teve uma contribuição de 7,56% e essa contribuição baixa é devido às limitações impostas pelas instituições de crédito e é interessante que haja as limitações para que os agricultores não venham a se endividar através desses empréstimos contraídos, ocasionando mais perdas significativas nas rendas dos mesmos.

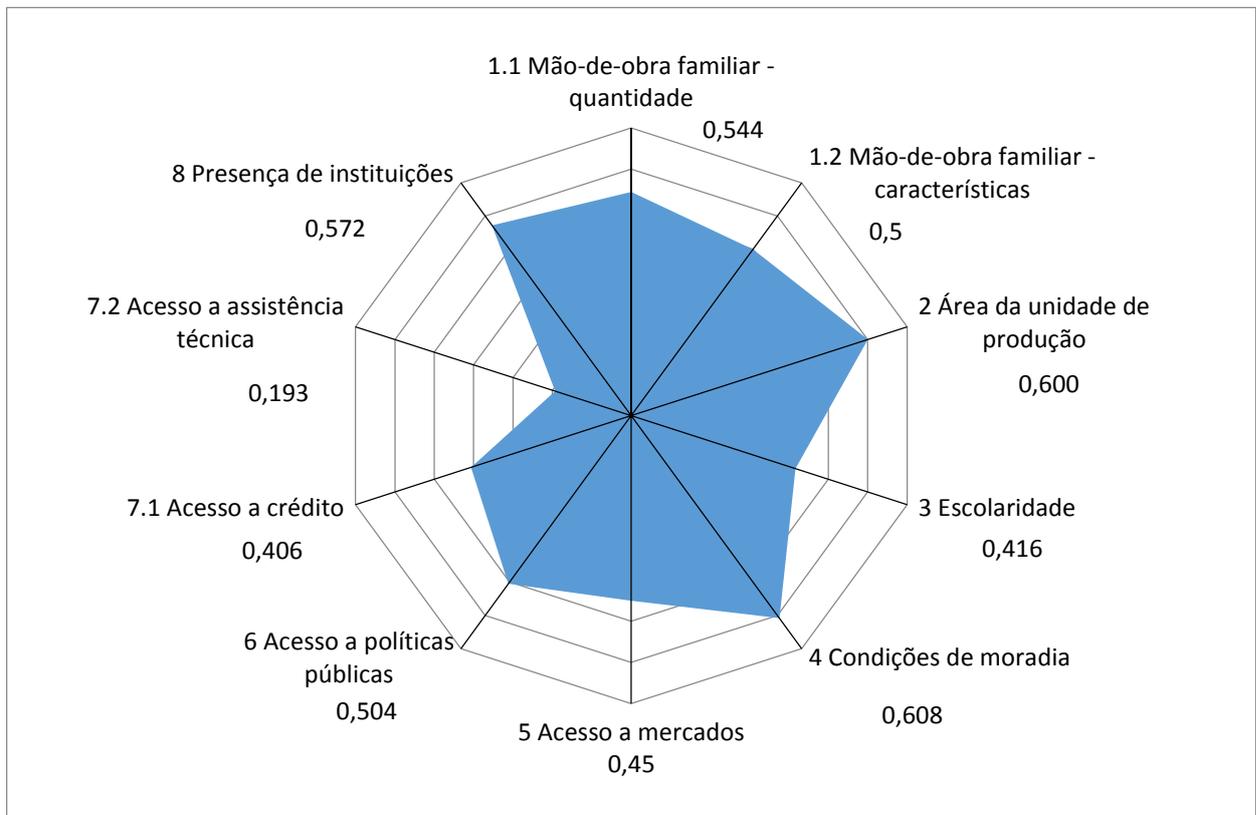
Já a assistência técnica teve a pior contribuição (7,56%). Por isso é importante criar uma estratégia voltada para promover a assistência técnica, ocasionando assim uma maior produtividade e diversificação da produção, ocorrendo então uma promoção para a inclusão social e instrumento para apoiar e animar os processos do desenvolvimento do território. A implementação da política voltada para a assistência técnica mesmo sendo relativamente recente, está sensibilizando os governos estaduais e municipais, além das organizações da sociedade civil, de modo que voltaram a ocupar espaço na agenda política nacional, por ser um exemplo de que é possível fazer a promoção do desenvolvimento rural, com equidade, desde que os estados nacionais voltem a coordenar e aportar recursos para os serviços de Extensão Rural, visando ao fortalecimento da agricultura familiar e pautado por políticas que definam claramente os rumos desejados (COSTA; COSTA, 2011).

Assim, é importante diferenciar Extensão Rural de Assistência Técnica, esta última, conforme Furtado (1991), diz respeito à produção, ou seja, crescimento econômico, e a Extensão Rural, além disso, inclui as famílias em seu contexto social, político, histórico, ambiental e cultural, no desenvolvimento. A própria justificativa para a existência de um serviço de extensão é o de estimular a população rural para que se processem mudanças em sua maneira de cultivar a terra, criar o seu gado, administrar o seu negócio, dirigir o seu lar, defender a saúde da família, educar os seus filhos e, por fim, trabalhar em favor da própria comunidade. Desse modo, Costa e Costa (2011) dizem que é incontestável o valor da Extensão Rural como instrumento de política de teor agrícola do Estado, visando ao desenvolvimento sustentável das comunidades por meio de processos educativos, que contribuam para a mudança do padrão tecnológico considerado tradicional para um modelo que incorpore novos métodos, procedimentos e técnicas de organização do processo produtivo, em função de maior

produtividade, bem como um acréscimo na renda agrícola, resultando na melhoria das condições de vida da população rural do território estudado.

Na figura 9, estão representados os indicadores da instância 1 que representam os fatores que condicionam o desenvolvimento. O melhor indicador dessa instância foi às condições de moradia (0,608) que também de acordo com o quadro 3 foi a variável que teve maior contribuição. Foram percebidos pelos domicílios pesquisados que suas condições de moradia estão *Médio Alto* (entre 0,60 a 0,80), ou seja, próximo de 1e assim observa-se que essa variável da instância 1 (quadro 1) como já foi citado acima que é fator de desenvolvimento, portanto dá condições para que haja desenvolvimento no Território. A situação da área utilizada para produção (0,600) também teve uma percepção positiva por parte dos entrevistados, alcançando também um valor *Médio Alto*, sendo decorrente das condições da terra, considerada por eles boa para o plantio.

Figura 9 – Fatores que condicionam o desenvolvimento do Território Rural Planície Litorânea no Estado do Piauí.



Fonte: LIMA, 2014.

Enquanto os piores resultados referem-se às condições para receber assistência técnica (0,193) – sendo este o pior índice de todos os indicadores que compõem a instância 1,

alcançando um valor *Baixo*. Os entrevistados justificaram suas respostas quanto à questão da assistência técnica muitos disseram que - *nunca vi essas coisas por essas bandas*. A escassez de um quadro permanente de técnicos agrícolas, seja nas prefeituras locais, seja no âmbito do Estado, faz o agricultor trabalhar sozinho na sua produção sem nenhum tipo de apoio técnico, comprometendo a produtividade.

Já o segundo pior foi as condições de acesso a crédito e financiamento (0,406). Foi unânime a questão da burocracia.

Quando perguntados a respeito da escolaridade, é importante destacar que os indivíduos, de modo geral, justificavam sua resposta com afirmações do tipo: “*o que eu estudei tá bom para a vida que levo e no meu tempo eu tive de parar de estudar pra trabalhar na roça e num tinha as facilidades de hoje, num tinha nem escola*”.

É interessante observar que mesmo 93,5% dos adultos não terem o ensino fundamental completo no território, há um incentivo por parte das políticas públicas de mudar esse quadro e levar os filhos desses agricultores às escolas e o acesso às políticas públicas percebidos pelos domicílios tem um valor *Médio* (0,504).

5.3 Verificação das características do desenvolvimento com destaque para as condições ambientais de cada domicílio inserido no Território Rural Planície Litorânea

As variáveis que compõem a segunda instância são consideradas elementos de conversão para o desenvolvimento e estão ligadas aos elementos constitutivos dos meios em fins, dos intitamentos em capacitações e funcionamentos. Então, essa instância traz às devidas contribuições para o desenvolvimento do Território Rural Planície Litorânea.

De acordo com o quadro 4, o destaque vai para uso e preservação do solo com a contribuição de 17,7% e Uso e Preservação nativa com 17,1% essa contribuição decorre da situação que melhorou na vegetação natural, nas estradas e no destino do lixo. Em relação ao último item citado, existem áreas rurais onde o município já disponibiliza coleta do lixo, por exemplo, o município de Caxingó já disponibiliza esse serviço a sua população rural. E quanto aos municípios que não existe coleta de lixo, as famílias queimam ou enterram o lixo no fundo do quintal.

A renda familiar também teve destaque com 14,5%, essa contribuição positiva ocorre por conta das aposentadorias e pensões e principalmente das transferências de renda dos Programas disponibilizados pelo Governo Federal. É relevante o papel social que as

aposentadorias rurais têm desempenhado na economia das famílias dos idosos e assim essa renda vem ocasionando para o aposentado e suas famílias melhores condições de vida.

Quadro 4 - Contribuição de cada indicador para a média da instância 2

Renda familiar	14,5
Produtividade do trabalho	12,6
Produtividade da terra	14,2
Diversificação da produção agrícola	7,1
Diversificação das fontes de renda	7,0
Uso da proteção da água	9,8
Uso e proteção do solo	17,7
Uso e proteção nativa	17,1
	100

Fonte: LIMA, 2014.

Já a produtividade da terra teve uma contribuição 14,2%. Isso reflete segundo os domicílios pesquisados que o solo é muito bom para o plantio, ou seja, quanto ao uso do solo eles não tinham problemas, a plantação era produtiva.

A produtividade do trabalho alcança um valor de 12,6%, ou seja, ela contribui de forma positiva. Esse valor é devido ao tamanho usado para a produção. É importante destacar que há pouca diversificação da produção, pois ela é voltada para a subsistência, então não há a necessidade de produzir em larga escala e variar a produção, assim a quantidade produzida é ideal para a quantidade consumida.

A variável uso e proteção das águas tiveram uma contribuição de 9,8%. Isso decorre da poluição dos rios e das condições sanitárias e higiênicas, não apropriadas e que necessitam de fundamental importância para a promoção e proteção da saúde e para a qualidade de vida da população

As variáveis com as piores contribuições foram: diversificação da produção agrícola (7,2%) e diversificação das fontes de renda (7,0%). A produção das famílias não é muito variada, geralmente, plantam milho, feijão, e dependendo da área rural o arroz, e raramente mandioca, perguntados por que raramente a plantação da mandioca e eles responderam que os proprietários das terras arrendadas proibiam, devido ao tempo de colheita, fazendo com que eles perdessem dinheiro para arrendar aquele pedaço a outros produtores.

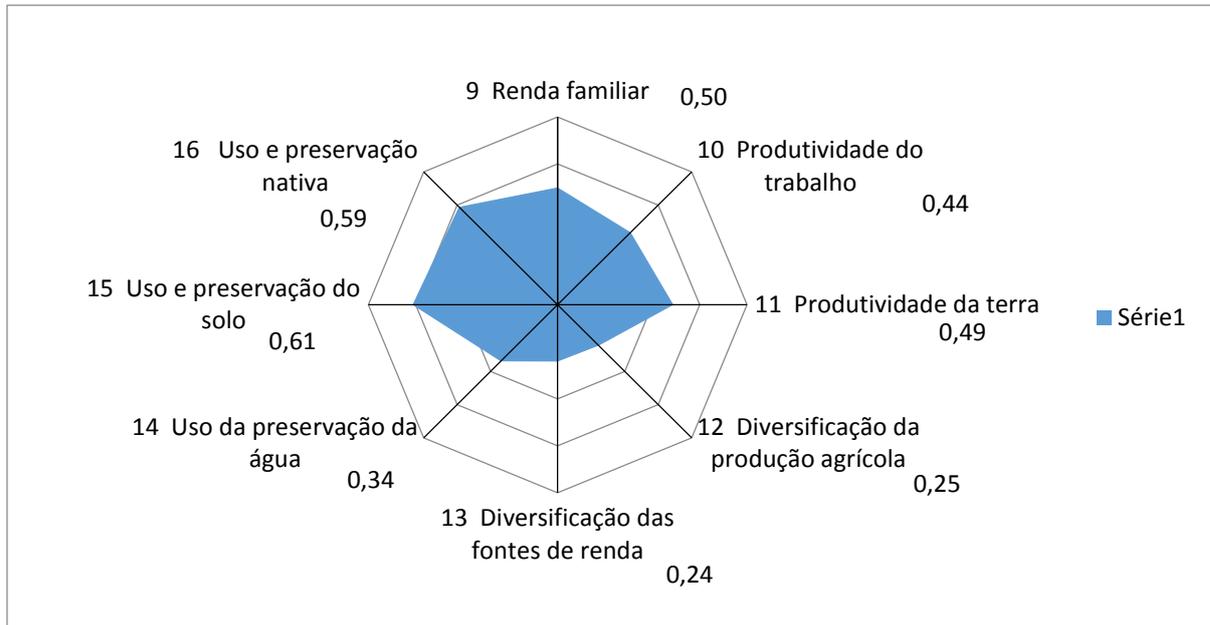
Ao analisar essa baixa contribuição da diversificação da produção é importante destacar um comparativo com a variável assistência técnica na primeira instância (quadro 3), a qual teve também uma baixa contribuição (7,56%), portanto fica visível a importância dessa

política pública no meio rural do Território Planície Litorânea, como não há diversificação na produção automaticamente impacta na diversificação das rendas, o produtor, em geral, planta somente para sua subsistência e isso decorre, do conhecimento relativo à como produzir ou a melhor forma para produzir. Então, se houvesse a implantação de uma política pública voltada para a capacitação das famílias agricultoras para uma produção agropecuária mais diversificada e uma melhor organização dessa produção das pequenas famílias, e um incentivo a utilizarem melhor o potencial produtivo de que dispõem, conseqüentemente, haveria uma maior diversificação da produção e também melhoraria a renda.

Portanto, melhoraria as condições econômicas e sociais da população rural ao aplicar os conhecimentos da ciência e a pesquisa aos problemas da família agricultora e estenderia ao povo rural conhecimento e habilidades, para a melhoria do seu nível de vida, estimulando os processos de mudanças da população rural, nos campos técnico, econômico e social, sendo assim prepararia um “dispositivo de disparo”, que acionasse as aspirações e as capacidades das pessoas para o progresso, onde iria criar uma reação em cadeia para melhores condições de vida e de trabalho para a população rural; incorporando as massas rurais, por meio da educação, ocorrendo então aceleração do desenvolvimento econômico e social das áreas rurais, ocasionando um aumento da renda da família agricultora (COSTA; COSTA, 2011).

De acordo com a Figura 10, a dimensão mais elevada nesta instância refere-se ao uso e preservação do solo (0,613) e seguida da preservação da vegetação nativa (0,589). Nesta variável, observa uma realidade paradoxal, enquanto os indivíduos percebem a conservação do solo e a preservação nativa num nível regular, a paisagem observada, em geral, destoava desta percepção. Foram observadas queimadas, mata bastante seca, devido à falta das chuvas.

Figura 10 – Características do Desenvolvimento do Território Rural Planície Litorânea no Estado do Piauí



Fonte: LIMA, 2014.

Já renda familiar (0,50), alcança um valor *Médio*, quando perguntados sobre a situação da renda da família muitos disseram que houve uma melhora devido aos programas de transferência de renda: bolsa família, auxílio pesca etc. Mas o destaque vai para o Bolsa Família que é uma renda mensal, enquanto o auxílio pesca é recebido em parcelas por tempo determinado.

Já o pior indicador são as fontes de renda com destaque para apenas 0,241, considerada de acordo com o nível de *Médio Baixo*, seguido da diversificação da produção (0,250). As fontes de renda não variam muito, as famílias mostram que a renda só não é mais baixa devido ao programa de transferência de renda do Governo Federal “Bolsa Família” que ajuda a assegurar pelo menos as necessidades urgentes dos filhos, como o material escolar e a alimentação quando essa é escassa. A maioria vive exclusivamente do Bolsa família e alguns vivem miseravelmente de 70,00 e de uma pequena produção apenas para subsistência, muitas vezes recorrerem às compras ou trocas com o vizinho. A marca da subsistência é o que acompanha as atividades desenvolvidas pelo agricultor inserido no Território pesquisado. Por outro lado, somente a subsistência não dá conta de suprir as necessidades das famílias rurais seja na alimentação básica, seja no acesso a outros suprimentos necessários à dinâmica da vida. Daí o imperativo de tornar *produtivo* o que é cultivado pelas famílias e o que os grandes rios oferecem com a pesca familiar.

A pobreza diminuiu de acordo os entrevistados e isso foi em consequência dos recursos oriundos das transferências do governo, pois muitos não têm emprego e vivem das pequenas produções.

5.4 Verificação dos efeitos do desenvolvimento no Território Rural Planície Litorânea

5.4.1 Impacto dos efeitos do desenvolvimento dos domicílios sem produção

A terceira instância abarca tanto as famílias com produção como as famílias sem produção, a análise foi feita no impacto dos efeitos do desenvolvimento nas famílias que não tinha produção agrícola e vivem no Território Rural Planície Litorânea. Essa terceira instância corresponde aos efeitos econômicos e sociais e está ligada às capacitações e funcionamentos, mais especificamente às realizações das pessoas ou das famílias (WAQUIL *et al*, 2007a).

De acordo com o Quadro 5, buscou analisar a terceira instância com o objetivo de avaliar a contribuição dessas variáveis no território e o impacto dos mesmos nos domicílios pesquisados. Nesse caso, a variável com maior contribuição foi permanência da família na unidade de produção com 20,87%. Observa-se um valor relativamente alto quando comparados com os valores das outras variáveis.

Quadro 5 – Contribuição de cada indicador para a média da instância 3 dos domicílios sem produção

Estar bem alimentado	14,39
Ter boa saúde	13,42
Permanência da família na unidade de produção	20,78
Percepção sobre situação econômica da família	14,87
Percepção sobre situação ambiental da unidade produtiva	14,87
Participação social	6,22
Participação política	11,88
Participação cultural	3,56
	100

Fonte: LIMA, 2014.

O motivo da permanência das famílias no meio rural como já citado é decorrente dos programas de transferências de renda do Governo Federal e por elas serem proprietárias de suas residências e estarem satisfeitas com as condições de moradia, fazendo um comparativo

com as famílias que produzem essa contribuição é maior chegando a 0,18. Então deve haver mais incentivo por parte das políticas públicas no meio rural no intuito de induzir a população a produzir, para que não haja um impacto negativo, pois dessa forma não há um desenvolvimento para o território, gerando assim péssimas condições de vida decorrente da não atuação dessas famílias numa produtividade para aquecer o território.

Segundo Sen (2000), os fins e os meios do desenvolvimento exigem que a perspectiva da liberdade seja colocada no centro do palco, nessa perspectiva, as pessoas têm de ser vistas como ativamente envolvidas - dada a oportunidade – na conformação de seu próprio destino, e não apenas como beneficiárias passivas dos frutos dos engenhosos programas de desenvolvimento.

De acordo com Gomes (2001), as transferências podem dar lugar a alguma atividade econômica, entretanto, o efeito multiplicador é muito pequeno, na sua concepção. Afirma que apesar de a demanda gerada na “economia sem produção” ser considerável, ela se dissipa em milhares de parcelas de dimensões que chegam a serem insignificantes e individualmente espalhadas por mais de mil municípios e distritos. Essa demanda não é, dessa forma, capaz de gerar qualquer impulso autônomo que sustente um processo de crescimento econômico.

Então se deve aproveitar a permanência na unidade de produção do território rural planície litorânea e melhorar a assistência técnica, escolaridade, melhoria da atuação das instituições para que haja um pleno desenvolvimento. O Estado e a sociedade têm papéis amplos no fortalecimento e na proteção das capacidades humanas, mas papéis de sustentação, e não de entrega sob encomenda (SEN, 2000). Assim considera essas variáveis como sendo um meio importantíssimo de obter capacidades. E com maiores capacidades para viver suas vidas tenderiam, em geral, a aumentar o potencial de uma pessoa para ser mais produtiva. Portanto, elevam diretamente as condições de vida.

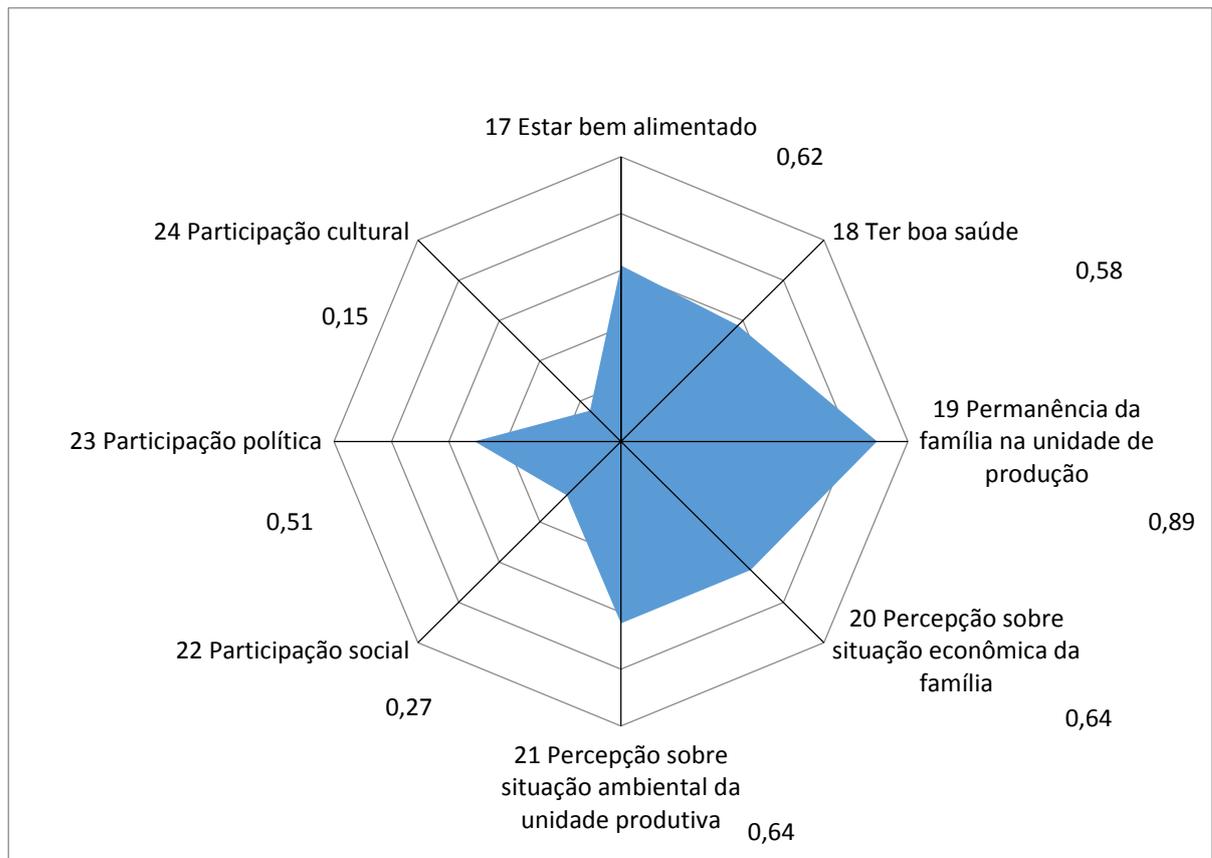
A segunda maior contribuição é da variável percepção sobre a situação econômica com 14,87%, as situações econômicas dos domicílios melhoraram nos últimos cinco anos e essa melhora ocorreu devido às transferências de renda e essa situação de melhora econômica impacta na variável estar bem alimentado que alcançou seus 14,39%, a alimentação das famílias sem produção é considerada melhor, decorrente de ter uma renda e a mesma proporcionar o poder de compra na mercearia do vizinho, também de ter dentro das residências um idoso com a sua aposentadoria, refletindo esse maior poder de compra e conseqüentemente está melhor alimentado. Sandi e Heringer (2001) destacam que o pagamento de benefícios previdenciários dinamiza as economias do meio rural, notadamente o comércio, fixando o homem do campo e

diminuindo assim, o êxodo rural e a conseqüente pressão sobre as grandes cidades, por isso há essa grande permanência na produção, devido a essas transferências de rendas citadas acima e que são existentes no meio rural da planície litorânea.

Já as variáveis participação social (6,22%) e participação cultural (3,56%), mostram que as famílias do território rural Planície Litorânea que não produzem não estão muito ativas em termos de grupos, associações, igrejas etc. As famílias que produzem são mais ativas na área social, cujo valor foi de 9,87%, enquanto a área cultural foi de 2,63%, de acordo com o quadro 5.

De acordo com a Figura 11, o indicador que atingiu melhor índice diz respeito à permanência da família no domicílio/ estabelecimento (0,892) atingindo um valor considerado *Alto*, seguido da percepção da situação econômica (0,64) e da percepção sobre a situação ambiental (0,64).

Figura 11 – Efeitos do Desenvolvimento do Território Rural Planície Litorânea no Estado do Piauí dos Domicílios sem Produção



Fonte: LIMA, 2014.

Quanto à situação econômica, é importante ressaltar o programa Bolsa Família e as aposentadorias rurais fazem com que muitas famílias permanecem no domicílio vivendo exclusivamente do Programa Bolsa Família. Além desse Programa, existem vários como, por exemplo, auxílio pesca, safra etc., então é cômodo para essas famílias se manterem nas residências sem nenhuma produtividade, pois ao terminar as parcelas de um, inicia o outro, enfim é uma verdadeira situação de inércia, mas seria importante aproveitar toda a população residente no território, pois a ideia é manter essas pessoas nos seus domicílios e no meio rural, então é associar a essas políticas públicas projetos para incentivar mudanças de comportamento, pois essas variáveis tem impactos nos efeitos do desenvolvimento, ou seja, corresponde aos efeitos econômicos e sociais.

Segundo Cavalcanti *et al* (2012), tais impactos negativos foram maiores para as famílias que residem na zona rural, com exceção daqueles que recebem uma renda do trabalho. Assim o desenvolvimento no qual poderia ser gerado através das famílias inseridas no Território não vai ser estimulado.

Os estudos feitos por Tupy e Toyoshima (2012) mostram que muitos trabalhadores mantêm-se na informalidade para continuarem obtendo o benefício do Bolsa Família. Além disso, há possibilidade desses trabalhadores na informalidade acabarem voltando a depender de transferências adiante, seja pela vulnerabilidade dos empregos informais quanto pelo fato de não contribuírem com a Previdência Social, tendo futuramente que receber o Benefício de Prestação Continuada por não terem direito à aposentadoria convencional. Os indicadores com os piores resultados referem-se à participação cultural (0,152), seguido da participação social (0,267). Observaram-se que as famílias não têm uma participação mais ativa nos grupos religiosos, e grupos de danças. Ao perguntar a eles sobre o porquê da ausência – eles respondiam que não existiam ou se existiam a atuação das instituições era muito fraca e não estimulava os mesmos a participar ativamente. Percebeu-se que os entrevistados não tinham opção de participação social, nesse caso se atrelado aos programas viessem projetos para estimular a participação dos indivíduos em danças, festividades, conseqüentemente iria impactar positivamente na vida social e daria uma maior condição de vida a esses indivíduos.

5.4.2 Impacto dos efeitos do desenvolvimento nas famílias com produção

De acordo com o quadro 6, a variável permanência da família na unidade produção também teve destaque na contribuição das famílias com produção com 20,6%. Portanto, comparado com as famílias sem produção esse valor é um pouco menor. A participação política

dessas famílias é bem ativa com uma contribuição de 14,6%, observa-se que há um grande número de eleitores na área rural do território e é embasado pela faixa etária da população com quase 80% da idade aptas a ir às urnas.

Quadro 6 - Contribuição de cada indicador para a média na instância 3 dos domicílios com produção

Estar bem alimentado	12,5
Ter boa saúde	12,4
Permanência da família na unidade de produção	20,6
Percepção sobre situação econômica da família	14,0
Percepção sobre situação ambiental da unidade produtiva	13,4
Participação social	9,87
Participação política	14,6
Participação cultural	2,63
	100

Fonte: LIMA, 2014.

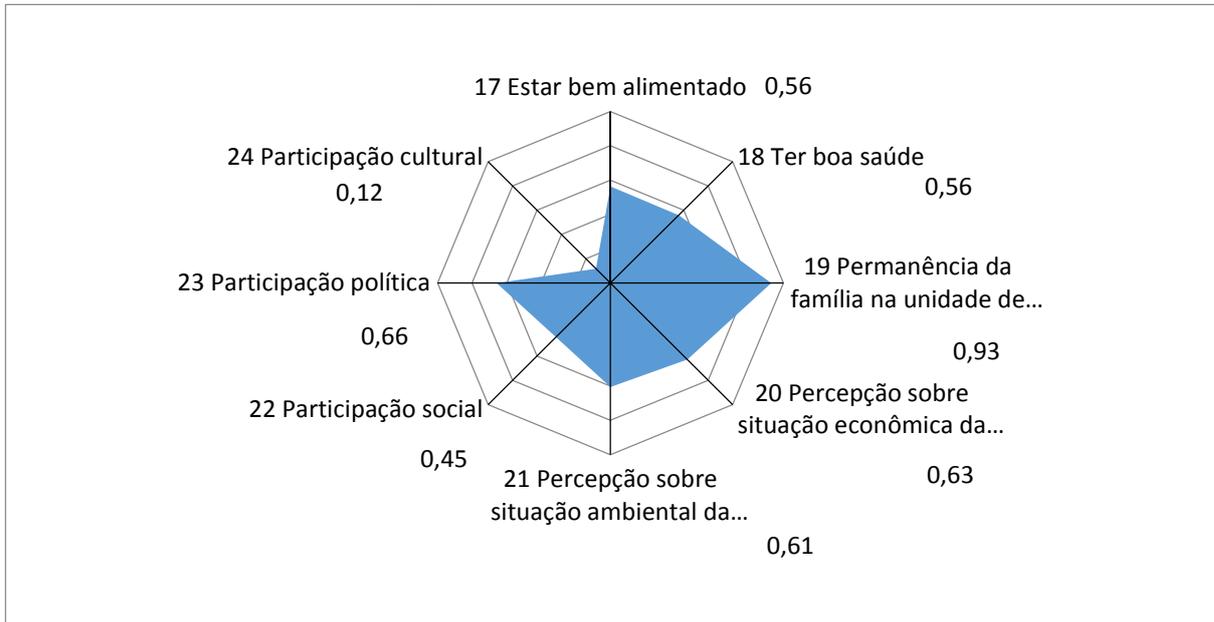
A contribuição da variável percepção sobre a situação econômica também se destaca com 14,0%, as famílias estão melhores economicamente, ou seja, estão saindo das situações consideradas de risco, mas ainda assim a contribuição está um pouco abaixo das famílias que não produzem (14,87%). Isso significa dizer que esse valor é um pouco maior devido às transferências de renda dos programas governamentais, mas lembrando que não traz consigo um desenvolvimento para o território.

A produção por parte desses domicílios dinamiza o meio rural, isso só será possível se houver maior impacto de políticas públicas voltadas para a melhoria da escolaridade, ou seja, redução dos analfabetos de 50% e também acesso à assistência técnica, ou seja, melhoria das variáveis da primeira instância, pois as mesmas representam os meios para atingir determinados fins e dá condições para a realização das escolhas favorecendo assim o desenvolvimento do território.

Por fim, quanto aos efeitos do desenvolvimento nos domicílios que produzem, foi à instância que mais se destacou em relação às outras instâncias, porém foi a que apresentou maior desequilíbrio entre as dimensões.

A linha que representa o item permanência na unidade de produção é alcançada quase que totalmente pela teia (0,890). Isso revela que poucos migraram para outras cidades e essa mobilidade, ocorreu no período sazonal.

Figura 12 – Efeitos do Desenvolvimento do Território Rural Planície Litorânea no Estado do Piauí dos Domicílios com Produção



Fonte: LIMA, 2014.

Outro fenômeno percebido durante as entrevistas é o retorno à cidade de origem. Muitos dos agricultores migraram em alguns momentos de suas vidas. Entretanto, as más condições na cidade receptora os obrigaram a retornarem ao lugar de origem para se dedicarem ao trabalho com a agricultura, a pesca, e o comércio. Por outro lado, o acesso aos programas sociais do Governo Federal, contribuiu para estimular a migração de retorno.

O segundo índice foi a participação política (0,657). Observou-se participação atuante dos entrevistados quando perguntado se eles votavam e também a vinculação aos sindicatos. O terceiro foi a melhoria da situação econômica nos últimos 5 anos (0,629), essa melhoria decorreu das aposentadorias e transferências de renda.

Araújo e Lima (2009), IPEA (2010) e Maia (2010) atribuem às alterações contidas no texto constitucional aprovado em 1988 – que instituiu o instrumento da Seguridade Social e seus desdobramentos nos anos posteriores, por exemplo, a Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), na década de 1990 – o impulso principal para a criação dos benefícios sociais, que abriram caminho para a consolidação dos programas de transferência de renda. Tais alterações levaram à ampliação da cobertura previdenciária para os trabalhadores rurais; o estabelecimento de um piso para os benefícios previdenciários no valor do salário mínimo; e, a garantia de cobertura via assistência social do Benefício de Prestação Continuada (BPC), que destina benefício monetário no valor de um salário mínimo para idosos com mais de 65 anos e pessoas com deficiência (IPEA, 2010).

A melhoria das condições econômicas da população rural foi ocasionada pelas transferências de renda. O Programa Bolsa Família, segundo Brasil (2011), foi criado, pela medida provisória nº 132 em 20 de outubro de 2003. Esse programa tem o objetivo de minorar, de imediato, a pobreza e, por consequência, a desigualdade de rendimento na medida em que transfere renda para um grupo de famílias elegíveis, impondo-as algumas condicionalidades que abrange os direitos básicos, como a educação e a saúde.

O índice mais baixo dessa instância é representado pela participação em atividades culturais (0,118), a população rural raramente participa de grupos sociais, mas foram encontrados alguns entrevistados que eram evangélicos e que participavam de grupo, por exemplo: canto, oração. O que se pode perceber é que eles não veem como um problema o fato de não terem acesso a atividades culturais, conforme aponta o biograma.

5.5 Índice de Condição de Vida – ICV

5.5.1 Índice de Condição de Vida para os domicílios sem produção

O ICV sem produção teve um valor de 0,537, sendo incluído apenas os dados da instância 3, pois os domicílios sem produção não tinham elementos para serem informados nas instâncias 1 e 2. Como se pode observar, o ICV dos domicílios sem produção corresponde a um nível *Médio* de condição de vida, uma vez que, de uma escala de 0 (pior índice) a 1 (melhor índice) está localizado entre 0,40 a 0,60 de acordo a tabela 2.

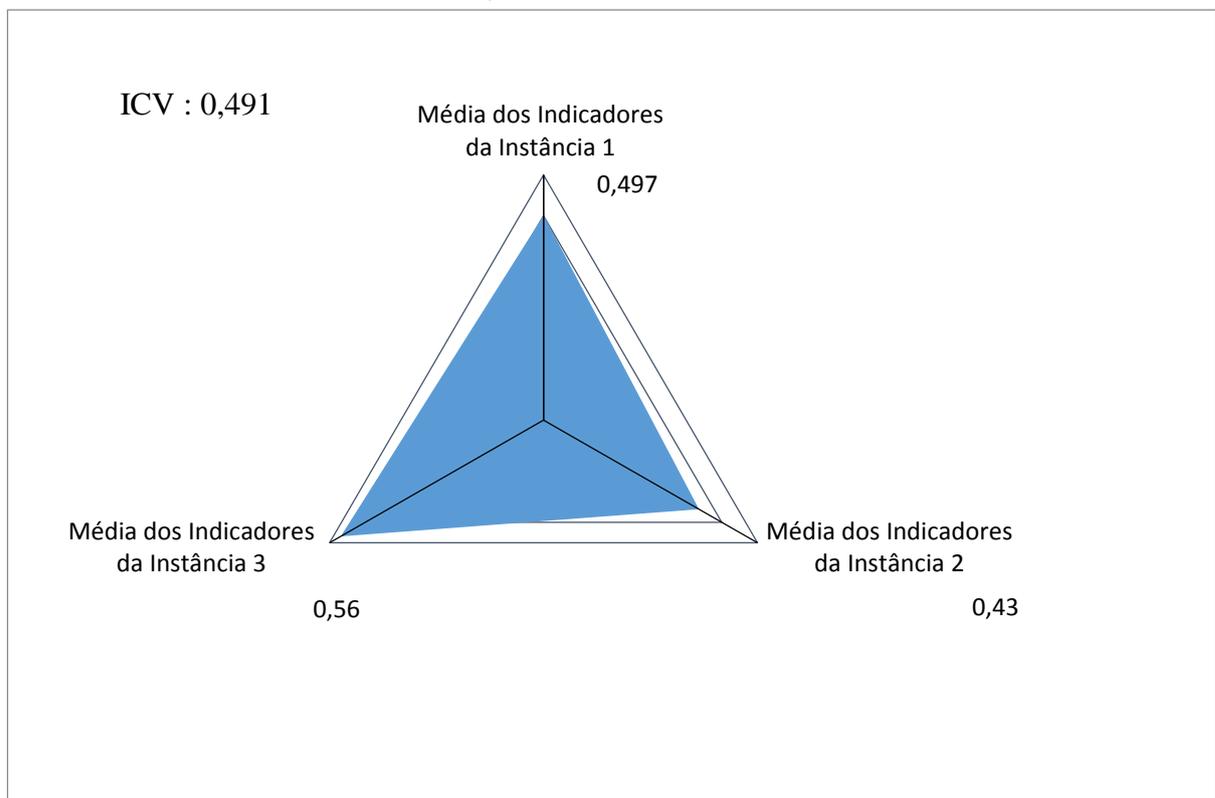
Observou-se que as condições de vida dos domicílios sem produção, em termos de valores é maior que os domicílios com produção e equivale a 0,046. Esse valor alcança um patamar maior devido às transferências de renda que impactam diretamente nos domicílios pesquisados, pois têm o objetivo de assegurar o direito humano à alimentação adequada, contribuindo para a conquista da cidadania pela população mais vulnerável, mas deveria haver um incentivo aos domicílios para e sem produção no meio rural, ou seja, incentivar a agricultura familiar, dinamização ocupacional da população rural e expansão das unidades voltadas para o pluriativo. É necessário um desenvolvimento direcionado para as várias dimensões considerando o ambiental, econômico, social, político, cultural e ideológico e esse desenvolvimento pode levar em consideração as especificidades da região, suas necessidades e potencialidades.

5.5.2 Índice de Condição de Vida para os domicílios com produção

O cálculo do ICV com produção foi baseado nos dados coletados abaixo, onde foi incluído os dados das instâncias 1, 2 e 3, pois os domicílios entrevistados apresentavam elementos para ser informados em todas as instâncias.

A figura 13 traz o biograma representativo do ICV do Território Rural Planície Litorânea do Estado do Piauí dos domicílios que apresentaram produção, essa representação alcança as três instâncias

Figura 13 – Biograma representativo do ICV dos domicílios com produção do Território Rural Planície Litorânea no Estado do Piauí, 2014



Fonte: LIMA, 2014

Como se pode observar, o ICV com índice de 0,491 corresponde também a um nível *médio* de condições de vida, uma vez que, de uma escala de 0 (pior índice) a 1 (melhor índice) está localizado entre 0,40 e 0,60. Assim a área do biograma não existe um equilíbrio entre as três instâncias, pendendo mais para a terceira instância.

A percepção dos entrevistados acerca dos efeitos – ou dos funcionamentos e capacitações – são melhores (0,56) em relação tanto às características – ou elementos de conversão – (0,49) quanto aos fatores – intitamentos (0,43).

Isso indica, a priori, que não há correspondência direta entre fatores, características e efeitos do desenvolvimento no sentido de que a existência de ativos e capitais aliados às liberdades individuais se traduz em mudanças significativas na percepção das condições de vida, embora esta percepção seja algo que varia substancialmente entre os indivíduos ou famílias (SGE/CAI, 2012)

6 CONCLUSÕES E SUGESTÕES

Esta pesquisa permitiu analisar as condições de vida no Território Rural Planície Litorânea, partindo da aplicação de um modelo teórico, com uma metodologia empírica conseguiu explicar aspectos sobre a temática estudada e fornecer informações a realidade local que poderão servir de embasamento para propor novas políticas públicas e/ou fortalecer aquelas que apresentam bons resultados, tendo como finalidade o desenvolvimento territorial.

De acordo com a quantidade de membros por família, conclui-se que as políticas públicas voltadas para a mulher e o planejamento familiar no campo estão surtindo efeitos, devido à quantidade de membros por família está na média nacional.

Em relação aos aspectos sociais, conclui-se que houve melhorias econômicas nos últimos cinco anos dentro do Território Rural Planície Litorânea em virtude de acesso a bens de consumo e aumento da renda. Com relação a escolaridade, percebeu-se que a maioria dos indivíduos possui baixo nível de escolaridade.

Concluiu-se a partir dos dados que há uma baixa migração campo/ cidade no território Planície Litorânea, pois a variável que teve maior contribuição foi a permanência na unidade produção, mas foi constatado que nem todos os domicílios possuíam produção, tal fenômeno está relacionado com a presença de políticas públicas que possibilitam a população a fixar-se no seu local de origem. É um fator importante, pois não ocasiona um déficit na população rural.

Conclui-se que as condições de vida dos produtores inseridos no Território Rural Planície Litorânea de acordo com a percepção dos indivíduos são de nível Médio, portanto as políticas públicas de desenvolvimento territorial estão surtindo efeitos de acordo com a percepção dos produtores rurais.

É necessário, todavia, investir em educação e em ferramentas técnicas que possibilitem o desenvolvimento rural deste território, promovendo a permanência da população economicamente ativa no local, mas com incentivo a geração de emprego e renda e o desenvolvimento local.

A análise e a interpretação dos dados apresentados poderão proporcionar uma riqueza de informações que venha a subsidiar o planejamento e a gestão do Território Planície Litorânea bem como aponta caminhos para se criar estratégias, fortalecer grupos e prepará-los para a autogestão.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Revista Economia Aplicada**, vol. 4, n. 2, p. 379-397, 2000.
- ALMEIDA, M. A. B.; GUTIERREZ, G. L.; MARQUES, R. **Qualidade de vida**: definição, conceitos e interfaces com outras áreas, de pesquisa, São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades – EACH/USP, 2012.
- ARAÚJO, L. A.; LIMA, J. P. R. Transferências de renda e empregos públicos na economia sem produção do semi-árido nordestino. **Planejamento e Políticas Públicas**. v. 33, p. 45-77, 2009.
- ATLAS BRASIL. **Atlas do desenvolvimento no Brasil 2013**. 2013. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/home/>>. Acesso em: 08 dez. 2013.
- BITTENCOURT, E. B. **Avaliação do Processo de implementação do programa luz para todos no Estado do Ceará**. 2010. 146 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Políticas Públicas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**. Brasília: IICA/Confrad/MDA/NEAD, 2003.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 37º ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável: Território Vales do Curu e Aracatiaçu**. Fortaleza: Instituto Agropolos do Ceará, 2010.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Relatório Analítico: Índice de Condição de Vida**. Presidente Prudente, 2011.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Sistema de Gestão Estratégica: Índice de Condição de Vida**. Brasília, 2011.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Relatório Analítico: Índice de Condição de Vida**. Brasília, 2005, 92p. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/>. Acesso em: 02 jul. 2013.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Programa Água Doce**. Brasília, 2013, 48p. Disponível em:<<http://www.mma.gov.br/>. Acesso em: 08 fev. 2013.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Programa Bolsa Família**. Brasília, 2013, 37p. Disponível em:<[http://www.mds.gov.br/bolsa família](http://www.mds.gov.br/bolsa_familia)>. Acesso em: 22 dez. 2013.
- BRITO, A. V. C. **O Programa Territórios da Cidadania e o Desenvolvimento Rural Sustentável**. 2012. 90f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

- BRUMER, A. Previdência Social Rural e Gênero. **Dossiê Sociologia**. Porto Alegre, ano 4, n. 7, p. 50-81, 2002.
- CARVALHO, A. **Possibilidades e Limites do Programa Territórios da Cidadania a partir da sua realização no Território Região Central e no município de Santa Maria RS**. Santa Maria. 2012. 250f. Dissertação (Mestrado em Geografia e Geociências). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.
- CARVALHO, R. L. T.; SILVA, A. C.; SANTOS, P. G. L.; TARELHO, A. C. Estudo Compreensivo do Conforto Ambiental em Habitações Rurais do Ceará. **Revista Geonorte**. Edição especial 2, v. 2, n. 5, p. 1409-1421, 2012.
- CAVALCANTI, D. M.; SILVA, J. L. M. COSTA, E. M.; SAMPAIO, R. M. B. **Impactos Regionais do Programa Bolsa Família: uma análise sobre o mercado de trabalho**. Disponível em: <http://www.caen.ufc.br/attachments/rabalho.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2103.
- CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. F. (orgs.) A Agricultura Familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro: **Mauad X**, 2009.
- CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ. PiauÍ em Números, 2008. Disponível em: <http://www.cepro.pi.gov.br/index.php>. Acesso em: 10 de maio de 2013.
- COSTA, R. C. M.; COSTA, A. R. Assistência Técnica e Extensão Rural: uma abordagem endógena de desenvolvimento no perímetro irrigado público federal Baixo Acaraú. **Revista Homem, Espaço e Tempo**, 2011.
- COULERT, C.; PECQUEUR, B. **Districts industriels, systemes productifs localizes et developpement**. Actes du Coloque Noveause Dynamismes Industries et Economie du Developpement. Grenoble, IREP, 1994.
- CUNHA, L. A. G. Confiança, capital social e desenvolvimento territorial. **Revista RA'EGA**, Curitiba, n. 4, p. 49-60. 2000.
- CUNHA, N. R.; S.; LIMA, J. E.; GOMES, M. F. de M.; BRAGA, M. J. A Intensidade da Exploração Agropecuária como Indicador da Degradação Ambiental na Região dos Cerrados, Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 46. n.2. p. 291-323, 2008.
- DICIONÁRIO DE DIREITOS HUMANOS. **Desenvolvimento econômico**. 2005. Disponível em: <<http://www.esmpu.gov.br/dicionario/tiki-index.php?page=Desenvolvimento+econ%C3%B4mico>>. Acesso em: 22 jun. 2013.
- FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P.; SILVA, F. L. da; CHAN, B. L. **Análise de dados: Modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009 – 4ª reimpressão. 2009.
- FEIJÓ, R. L. C. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: um estudo sobre seus custos e benefícios. **Pesquisa e Planejamento Econômico**. Rio de Janeiro, v. 35, n. 3, p. 379-416, 2005.

FERREIRA, V. S.; KHAN, A. S.; JÚNIOR, J. S. A. O Programa Agente Rural e seu impacto sobre o nível tecnológico e geração de emprego e renda das famílias assistidas do Estado do Ceará. **Documentos técnicos científicos**. vol. 41, n. 02, 2010.

FONSECA, J. S.; MARTINS, G. A. **Curso de Estatística**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 1996.

FREITAS, A. F.; FREITAS, A. F.; DIAS, M. M. Desafios da Gestão Social nos Territórios Rurais. In: XLVIII SOBER, 2010. **Anais...** Campo Grande: SOBER, 2010. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/15/148.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2013.

FREITAS, A. F.; DIAS, M. M.; FREITAS, A. F. O programa nacional de desenvolvimento sustentável de territórios: a indução de territorialidades à ação pública. **Revista perspectivas em políticas públicas**. Belo Horizonte, vol. II, n. 6, p. 27-58, 2010.

FURTADO, E.D. P. **Farmer Participacion in Brazilian Sugar Cane Research**. Submitted for the degree of Doctor of Philosophy London School of Economics and Political Science. University of London. London, 1991.

FURTADO, R.; FURTADO, E. **Gestão Social dos Territórios**. Fortaleza: IICA, 2008.

GLASER, B. G; STRAUSS, A. *The discovery of grounded theory*. New York: Aldine Publishing, 1967.

GOMES, G. M. **Velhas Secas em Novos Sertões**. Brasília: Ipea, 2001.

GOMES, C. A. G.; RÉ, M. D.; SCHNEIDER, S.; CONTERATO, A. M.; RAMBO, G. A. Territórios e Desenvolvimento na Escala Humana: condições de vida e gestão territorial no Sul do Rio Grande do Sul. In: 50ª SOBER, 2012. **Anais...** Vitória: SOBER, 2012. Disponível em: <http://www.sober.org.br/?op=paginas&tipo=pagina&secao=7&pagina=17>. Acesso em: 25 jul. 2013.

GRAZIANO, J.; MARC, J.; BIANCHINI, A. **O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário / Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável / Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2001.

HASBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios a multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades@: Informações Estatísticas**. 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/uf.php?coduf=23&search=ceara>>. Acesso em: 08 ago. 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Previdência e Assistência Social: Efeitos no Rendimento Familiar e suas Dimensões nos Estados. **Comunicado n° 59**. Brasília: IPEA, 2010.

MAFRA, F.; SILVA, J. A. **Planejamento e Gestão do Território**. SPI – Porto, 2004.

MAIA, A. G. A contribuição das fontes de rendimento na dinâmica da distribuição espacial de renda no Brasil. **Nova Economia**. Belo Horizonte, n.20, p. 461-490, 2010.

MÉO, G. Di. **Géographie sociale et territoires**. Paris: Nathan, 1998.

MOURA, A. P.; CRUZ, R. E. A Política do Transporte Escolar no Brasil. In: XXVI ANPAE, 2013. **Anais...** Recife: ANPAE, 2013. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes>. Acesso em: 07 fev. 2013.

NUNES, E. M.; DIAS, T. F.; GONDIM, M. F. R. **Políticas públicas e desenvolvimento rural**: a dinâmica socioeconômica do território Assu – Mossoró (RN). In: VI SOBER, 2011. **Anais...** Petrolina: SOBER, 2011. Disponível em: <http://agroevento.com/agenda/vi-sober-nordeste/>. Acesso em: 05 fev. 2013.

KAGEYAMA, A. A. **Desenvolvimento Rural**: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

KHAN, A. S. **Reforma agrária solidária e modelo de desenvolvimento rural no Estado do Ceará**. Relatório Técnico/UFC, Fortaleza, 2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Promoción de la salud**. Glosario. Ginebra: OMS, 2008.

OLIVEIRA, M. A. S. **Nível tecnológico e seus fatores condicionantes na bananicultura do município de Mauriti - CE**. 2003. 92 f. Dissertação (Mestrado Economia Rural) - Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

PIAUI. **Constituição do Estado do Piauí**. Disponível em: http://www.camara.gov.br/internet/interacao/constituicoes/constituicao_piaui.pdf. Acesso em 09 mar. 2014.

PIAUI. **Programa Luz Para Todos em 2013**. Acesse Piauí, Teresina, 10 de dezembro. Disponível em: <http://www.acessepiaui.com.br/geral/programa-luz-para-todos-j-supera-meta-2013-no-piau/40454.html>. Acesso em: 21 dez. 2013.

PNUD. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. 2013. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/>. Acesso em: 10 dez. 2013.

RAFFESTIN, C. Territorialité: concept ou paradigme de géographies sociale? **Geographica Helvetica**, n° 02, p. 91-96, 1986.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**: o que é território. São Paulo: Ática, 1993.

RAMBO, A. G.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S.; CASARIL, J.; RÉ, M. F. D.; GOMES, C. A.; RADUNZ, A. F. O. O Índice de Condição de Vida (ICV) do território rural Zona Sul do estado do Rio Grande do Sul: primeiras análises. In: 5º Encontro da rede de estudos rurais, 2012. **Anais...** Belém: Encontro da rede de estudos rurais, 2012. Disponível em: <http://www.rederural5.wordpress.com/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

RÉ, M. F. D.; SCHNEIDER, S.; RAMBO, A. G. O Índice de Condições de Vida (ICV) e o Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) como suportes para a compreensão das

representações sociais dos atores do território rural Zona Sul do estado do Rio Grande do Sul. In: 5º Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2012. **Anais...** Belém: Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2012. Disponível em: <http://rederural5.wordpress.com/>. Acesso em: 10 jan. 2013.

RENARD J. Le territoire: leregardd'ungéographe. Les entretiens du Pradel. 2ème édition. **Académie d'agriculture de France**. Disponível em: www.academie-agriculture.fr. 2002. Acesso em: 21 mai. 2013.

RIBEIRO, M. N. O.; BARBOSA, L. M. Avaliação das Condições de Vida da População do Brasil, Nordeste e Rio Grande do Norte. In: XV ABEP, 2006. **Anais...** Caxambú: ABEP, 2006. Disponível em: <http://www.abep.org.br/?q=agenda/xv-encontro-nacional-da-anpur-0>. Acesso em: 15 jan. 2013.

ROCHA, S. S. L. & FELLI, V. E. A. Qualidade de vida no trabalho docente em enfermagem. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**. Ribeirão Preto, v.12, p. 28-35, 2004.

SANDI, R D.; HERINGER, L. P. – A Previdência Social nos Municípios do Semi-Árido Brasileiro. **Informe da Previdência Social**, Brasília: MPAS, 2001.

SANTOS, M. **O País distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania**. Organização: Wagner Costa Ribeiro, São Paulo: Publifolha, 2002.

SANTOS, M. O Retorno do Território. OSAL: **Observatório Social da América Latina**. Buenos Aires, Ano 6, n. 16, p. 249 -261, jun.2005. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão popular, 2007.

SAQUET, M. A. **Por uma abordagem territorial**. In: SAQUET M. A. & SPÓSITO, E. S. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SCHNEIDER, S. A abordagem Territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, n. 11, p. 88 –125, 2004.

SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, I. G. P. Território e a Abordagem Territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos rurais. **Revista raízes**. Campina Grande, v. 23, n. 01 e 02, p. 99 – 117, 2004.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS. **Políticas Públicas Conceitos e Práticas**. Belo Horizonte: Casa De Editoração E Arte Ltda, 2008.

SGE – Sistema de Gestão Estratégica. **CAI- Ambiente da Célula de Acompanhamento e Informação**. SDT/MDA, Brasília, 2011. Disponível em: <http://sge.mda.gov.br/cai/cai_al/>. Acesso em 20 mai. 2013.

SILVA, R. M. A. **Desafios da Democracia Participativa**: padrões de relação Estado e Sociedade no Brasil. Disponível em: portal.mte.gov.br. Acesso em: 25 jan. 2014.

SILVA, I. Teorias do Emprego segundo o Enfoque Humano da Segmentação e dos Mercados Internos. **Revista Fapese**. V. 2, n. 2 p. 129 – 140, 2006.

SOUZA, N. de J. **Desenvolvimento econômico**. 5ª ed. rev. São Paulo: Atlas, 2005.

TAPIA, J. R. B. Desenvolvimento local, consertação social e governança: a experiência dos pactos territoriais na Itália. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v.19, n.1, p.132-139, 2005.

TAVARES, P. A. Efeito do Programa Bolsa Família sobre a Oferta de Trabalho das Mães. **Economia e Sociedade**. Campinas, v. 19, n. 3, p. 613-635, 2010.

TENÓRIO, F. G. (Re) visitando o conceito de Gestão social. In: SILVA J.; J.T.; MASI, R. T.; CANCADO, A. C.; SCHOMMER, P. C. (Org.) “Gestão social: uma perspectiva conceitual”, **RAP**, Rio de Janeiro, Vol.32, n.5, 1998.

TEIXEIRA, E. C. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **Revista AATR**, Salvador, 2002. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/57253448/03-Aatr-Pp-Papel-Politiclas-Publicas>>. Acesso em: 08 ago. 2013

TUPY, I. S.; TOYOSHIMA, H. Impactos dos Programas Governamentais de Transferência de Renda sobre a Economia do Vale do Jequitinhonha. **BNB Conjuntura Econômica**, Fortaleza, n. 36, 2013.

WAQUIL, P. D. *et al.* **Proposição do Índice de Condições de Vida**. Porto Alegre: PGDR/UFRGS, SDT/MDA, 2007a (Relatório de Pesquisa), 2007.

WAQUIL, P. D. *et al.* Avaliação de desenvolvimento territorial em quatro territórios rurais. **Redes**. Santa Cruz do Sul, v. 15, n.1. p. 104-127, 2012.

WEISSHEIMER, M. A. **CARTA MAIOR**. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=21299. Acesso em: 19 dez. 2013.